PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS SCAVAZINI SANCHEZ

"ANÁLISE COMPARATIVA DE RESPOSTA BRASILEIRA DIANTE DAS CRISES DE 1929 E 2008"

CAMPINAS
2023

LUCAS SCAVAZINI SANCHEZ

“ANÁLISE COMPARATIVA DE RESPOSTA BRASILEIRA DIANTE DAS CRISES DE 1929 E 2008”

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Eduardo Iaderozza

PUC – CAMPINAS

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS SCAVAZINI SANCHEZ

"ANÁLISE COMPARATIVA DE RESPOSTA BRASILEIRA DIANTE DAS CRISES DE 1929 E 2008"

Dissertação defendida e aprovada em [DIA] de [MÊS] de [ANO] pela comissão examinadora:

Professor Dr. Fabio Eduardo Iaderozza
Orientador

Professor Dr. Cândido Ferreira da Silva Filho
Examinador/a

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho acadêmico. Este é o resultado de esforços coletivos, e não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas.

Primeiramente, à minha família, expresso minha profunda gratidão. Seu apoio incondicional, encorajamento constante e compreensão foram a força motriz por trás da minha jornada acadêmica.

Quero agradecer ao meu orientador, Fabio Eduardo Iaderozza, pela orientação dedicada e valiosas sugestões ao longo deste processo. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos que estiveram ao meu lado durante esta jornada, agradeço por compartilharem suas ideias, experiências e por oferecerem palavras de estímulo nos momentos desafiadores.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta monografia, meu mais sincero obrigado. Este trabalho não é apenas meu, mas também de todos vocês, e por isso, celebro essa conquista coletiva.

Muito obrigado!

Lucas Sanchez

"A história nunca se repete exatamente, mas frequentemente rima."

Mark Twain

Resumo

A presente monografia propõe uma análise comparativa da resposta do Brasil diante das crises econômicas de 1929 e 2008, tendo como base os instrumentos de política econômica, nomeadamente a política monetária, fiscal e cambial. Os objetivos centrais do estudo são compreender como as políticas adotadas em cada período influenciaram a trajetória da economia brasileira e identificar lições aprendidas que possam orientar políticas futuras. A metodologia empregada engloba uma revisão aprofundada da literatura sobre crises econômicas, além de uma abordagem teórica robusta para embasar a análise comparativa. A pesquisa utiliza métodos quantitativos e qualitativos, combinando análise de indicadores econômicos relevantes com uma abordagem qualitativa para compreender o contexto político e institucional. Os resultados esperados abordam não apenas os impactos econômicos, mas também os efeitos sociais e políticos das crises, oferecendo uma visão abrangente e detalhada da resposta brasileira. Este estudo contribuirá para uma compreensão mais profunda das dinâmicas econômicas em momentos de crise e fornecerá insights valiosos para formuladores de políticas e pesquisadores interessados na resiliência econômica do Brasil ao longo do tempo.

Abstract

This dissertation proposes a comparative analysis of Brazil's response to the economic crises of 1929 and 2008, focusing on economic policy instruments, specifically monetary, fiscal, and exchange rate policies. The main objectives of the study are to understand how the policies implemented in each period influenced the trajectory of the Brazilian economy and to identify lessons learned that can guide future policies. The methodology involves a thorough review of the literature on economic crises and a robust theoretical approach to support the comparative analysis. The research employs both quantitative and qualitative methods, combining analysis of relevant economic indicators with a qualitative approach to understand the political and institutional context. The expected results address not only the economic impacts but also the social and political effects of the crises, providing a comprehensive and detailed insight into the Brazilian response. This study will contribute to a deeper understanding of economic dynamics during crisis moments and offer valuable insights for policymakers and researchers interested in Brazil's economic resilience over time.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda per capita ($) 18

Gráfico 2 – A taxa de desemprego dos Estados Unidos durante a grande depressão 21

Gráfico 3 – Evolução do PIB após 1929 – Brasil x EUA 35

Gráfico 4 – Taxa de Desemprego 47

Gráfico 5 – Utilização da Capacidade instalada na Indústria 47

Gráfico 6 – Índice de produção industrial (média de 2002 = 100) 48

Gráfico 7 – Investimentos do PAC distruíbuidos pelos quadriênios 2007 – 2010, 2011 – 2014 e 2015-2018 (em R$ bilhões correntes) 51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação dos países na produção industrial mundial 1870-1929 (%) .....**Erro! Indicador não definido.**5

Tabela 2 – Indicadores selecionados – Variação Anual – em %**Erro! Indicador não definido.**2

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O avanço do café nos séculos XIX e XX..**Erro! Indicador não definido.**5

LISTA DE SIGLAS

EUA – Estados Unidos

PAC – Plano Nacional de Aceleração

IPI – Imposto sobre produtos industrializados

SUMÁRIO

Introdução 13

1- Da Riqueza à Ruína: Explorando a Crise de 1929 nos Estados Unidos e as Estratégias de Recuperação 15

2- Abalos na Economia Brasileira: A Crise de 1929 e as Estratégias de Recuperação no País 27

3- Revisitando a Crise Financeira de 2008 nos Estados Unidos: Causas, Impactos e Respostas 41

4- Crise Financeira no Brasil: Desafios e Respostas na Esteira da Crise Global de 2008 49

5- Conclusão: A Resposta Brasileira diante das Crises de 1929 e 2008 58

Introdução

No cenário econômico mundial, as crises financeiras desempenham um papel significativo, moldando a trajetória de nações e influenciando o curso da história. Duas das crises mais marcantes foram a Grande Depressão de 1929 e a Crise Financeira Global de 2008, ambas deixando cicatrizes profundas na economia internacional. Este trabalho visa realizar uma análise comparativa desses eventos cruciais, destacando paralelos e contrastes, e examinando as respostas adotadas pelo Brasil para mitigar os impactos adversos.

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 desencadeou a Grande Depressão, uma época de colapso econômico generalizado, desemprego em massa e instabilidade social. As repercussões foram sentidas em todo o globo, afetando drasticamente as economias industrializadas. O Brasil, dependente das exportações de café, sofreu um golpe severo, experimentando uma queda abrupta nas receitas de exportação e uma crise agrícola. As respostas iniciais do governo brasileiro foram limitadas, exacerbando os efeitos devastadores sobre a população.

Em 2008, uma crise financeira de escala global eclodiu, desencadeada pela falência do Lehman Brothers nos Estados Unidos. A interconectividade dos mercados financeiros globais permitiu que a crise se propagasse rapidamente, afetando instituições bancárias, empresas e, em última análise, milhões de trabalhadores. O Brasil, agora uma economia emergente, não escapou ileso. No entanto, ao contrário da resposta hesitante durante a Grande Depressão, o país adotou medidas mais proativas, incluindo políticas de estímulo econômico e regulamentações financeiras mais rigorosas.

Ao longo das décadas, o Brasil amadureceu em sua capacidade de lidar com crises econômicas. Comparando as respostas adotadas durante a Grande Depressão e a Crise de 2008, observa-se uma mudança significativa na abordagem do governo brasileiro. A implementação de políticas anticíclicas, a diversificação econômica e a participação ativa em fóruns internacionais demonstram uma adaptação eficaz às complexidades do cenário global.

Este trabalho explorará em detalhes as medidas específicas tomadas pelo Brasil em cada crise, destacando os aprendizados adquiridos e os desafios superados. À medida que mergulhamos na análise desses eventos históricos, busca-se compreender não apenas a resiliência da economia brasileira, mas também identificar lições valiosas para enfrentar futuras crises globais.

1- Da Riqueza à Ruína: Explorando a Crise de 1929 nos Estados Unidos e as Estratégias de Recuperação

O Capítulo "Crise de 1929" é um tópico extremamente importante e relevante para a compreensão do contexto econômico e político do século XX. Esse acontecimento que representa um dos momentos mais significativos da história econômica mundial. O objetivo principal deste capítulo é examinar as causas e consequências da Crise de 1929, que foi a maior crise econômica do século XX.

A Crise de 1929 teve um impacto profundo em todo o mundo e levou a mudanças significativas na economia que será discutida nesse capitulo, além disso investigaremos as consequências sociais e políticas desse período turbulento, destacando os altos índices de desemprego e as tentativas do governo de enfrentar a crise por meio de programas como o New Deal e a emergência dos Estados Unidos como superpotência econômica.

Para entender a importância desse capítulo para a monografia, é preciso considerar que a Crise de 1929 teve um impacto significativo em diversas áreas, como a política, a economia, a sociedade e a cultura. Além disso, a crise foi um marco na história das finanças, mudando a forma como os mercados financeiros são regulados e como as políticas econômicas são implementadas.

Antes de iniciarmos a discussão sobre o tema, faremos uma breve contextualizada sobre os Estados Unidos. A colonização europeia nas Américas começou no final do século XVI e XVII, com a chegada dos espanhóis, franceses, holandeses e ingleses estabeleceram colônias na América do Norte, que se tornaram a base para o desenvolvimento do que seria o país mais poderoso do mundo.

> “Os Estados Unidos não existiam. Quatro séculos de trabalho, de derramamento de sangue, de solidão e medo criaram esta terra. Construímos a América e o processo nos tornou americanos – uma nova raça, enraizada em todas as raças, manchada e tingida de todas as cores, uma aparente anarquia étnica. Então, num tempo pequeníssimo, tornamo-nos mais semelhantes do que éramos diferentes – uma nova sociedade; não grandiosa, mas propensa, por nossas próprias faltas, à grandeza, e pluribus unum. ” (Leandro Karnal, 2007, p. 1)

É importante retratar que os primeiros colonos europeus enfrentaram muitos desafios, incluindo a hostilidade dos povos nativos, doenças e condições climáticas adversas. A terra que hoje compreende o país era habitada por povos indígenas e colonizada por europeus ao longo de vários séculos. A menção ao trabalho árduo, derramamento de sangue, solidão e medo destaca os desafios enfrentados durante a colonização e a expansão territorial.

O autor argumenta que o processo de colonização e formação da nação levou à criação de uma identidade americana única, que é uma combinação de várias origens étnicas e culturais. Os Estados Unidos são frequentemente considerados um país de imigrantes, e essa diversidade é destacada como uma característica distintiva da nação.

> Temos diante de nós todas as oportunidades e todos os incentivos possíveis para produzir a Constituição mais nobre e mais pura da face da Terra. Estamos capacitados a começar o mundo outra vez [...] O nascimento de um novo mundo está no nosso alcance, e uma raça de homens, talvez tão numerosa quanto a existente na Europa, está destinada a receber sua parcela de liberdade em conseqüência dos eventos dos últimos meses. (Thomas Paine, 2009, p.9)

Essa citação de reflete o otimismo e a crença de Paine nas oportunidades de criar um novo sistema político e constitucional que fosse nobre e puro, moldado de acordo com os ideais de liberdade e autogoverno. Ele acreditava que o momento da independência das colônias americanas era propício para estabelecer um novo mundo e uma nova forma de governo, distinta do domínio britânico. Além disso, o autor via o potencial para a América se tornar uma sociedade populosa e livre, com a capacidade de se tornar um importante centro de liberdade e progresso.

O processo de independência dos Estados Unidos da América começou no início do século XVIII, as Treze Colônias estavam sob o domínio da Grã-Bretanha, diante de várias tensões e conflitos entre os colonos americanos e o governo britânico, culminando em um processo de declaração de independência em 1776, resultando em uma criação de uma república federal.

> “Decorridos cem anos do início da colonização, caso comparássemos as duas Américas, constataríamos que a ibérica se tornou muito mais urbana e possuía mais comércio, maior população e produções culturais e artísticas mais “desenvolvidas” que a inglesa. Nesse fato vai residir a maior facilidade dos colonos norte-americanos em proclamarem sua independência. A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os EUA de sua independência. As

> 13 colônias nascem sem a tutela direta do Estado. Por ter sido “fraca”, como veremos adiante, a colonização inglesa deu origem à primeira independência vitoriosa da América. ” (Karnal, Purdy, Fernandes, Morais, 2007 p.28)

Os Autores retratam a diferença entre o planejamento da colonização da Grã-Bretanha em relação as outras potencias na América (Portuguesa e Espanhola) e como essa diferença na abordagem de colonização pode ter contribuído para a maior facilidade dos colonos norte-americanos em proclamar sua independência.

No caso das 13 colônias, o texto sugere que a falta de um projeto colonial direto por parte do Estado inglês pode ter levado à independência dos EUA. As colônias não tinham uma tutela tão direta ou uma presença governamental tão forte quanto as colônias ibéricas, o que pode ter permitido aos colonos norte-americanos desenvolver um senso de independência e autogoverno. Eventualmente, isso teria contribuído para a capacidade das 13 colônias de alcançar uma independência bem-sucedida.

> “O medo dos EUA era, sobretudo, que as grandes potências europeias pudessem se unir para subjugar as colônias espanholas rebeladas e acabassem ameaçando a autonomia de seu próprio território ou seus interesses comerciais em todos esses mercados na América. Nesse sentido, a Doutrina Monroe pode ser entendida como um dos primeiros passos da política externa norte-americana no século XIX: em nome da paz e da liberdade, a presença dos Estados Unidos se fortaleceu em todo o Novo Mundo. Seu princípio básico, traduzido na frase “a América para os americanos”, seria o guia de toda política externa dos EUA até o século XX. ” (Karnal, Purdy, Fernandes, Morais, 2007 p.106)

Os Estados Unidos temiam que as potências europeias, como a Espanha e outros países, pudessem tentar reaver o controle sobre essas colônias e, assim, ameaçar a independência das nações recém-formadas nas Américas.

A Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente dos EUA James Monroe em 1823, estabeleceu a posição de que qualquer intervenção europeia nas Américas seria considerada uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos e à paz na região. A frase "a América para os americanos" reflete o princípio de que as nações americanas deveriam ser independentes e livres de influência europeia. Os Estados Unidos, de certa forma, se apresentaram como protetores da independência das nações americanas recém-formadas.

Com o processo de independência dos Estados Unidos realizado, começa a entrar em uma parte importante da história dos Estados Unidos, que é o processo para entrarem na primeira revolução industrial. Os Estados Unidos, que marcou uma época de transformação sem precedentes, levando o país de uma nação majoritariamente agrária para uma potência industrial e econômica global. Esse processo, que ocorreu ao longo do século XIX e início do século XX, foi impulsionado por uma série de fatores que desencadearam mudanças profundas na sociedade, na economia e na forma como as pessoas viviam e trabalhavam.

Tabela 1

Participação dos países na produção industrial mundial 1870-1929 (%)

PERÍODO	ESTADOS UNIDOS	REINO UNIDO	ALEMANHA	FRANÇA	RÚSSIA	OUTROS PAÍSES
1870	23,3	31,8	13,2	10,3	3,7	17,7
1881-1885	28,6	26,6	13,9	8,6	3,4	18,9
1896-1900	30,1	19,5	16,6	7,1	5,0	21,7
1906-1910	35,3	14,7	15,9	6,4	5,0	22,7
1913	35,8	14,0	15,7	6,4	5,5	22,6
1926-1929	42,2	9,4	11,6	6,6	4,3	25,9

Fonte: NORTH (1969), p.43.

A Tabela 1 retrata a produção industrial mundial começando na Revolução Industrial que estava em pleno vapor, e várias nações estavam emergindo como líderes industriais. Nesse caso é importante ressaltar que no final do século XIX, o Reino Unido era a principal potência industrial, sendo responsável por uma parcela significativa da produção industrial mundial. O país estava na vanguarda da Revolução Industrial e dominava setores como a produção de carvão, ferro e tecidos.

No entanto, ao longo do período analisado, outros países começaram a desafiar o domínio britânico. Os Estados Unidos, por exemplo, experimentaram um rápido crescimento industrial e econômico durante o final do século XIX e início do século XX. Com o desenvolvimento de indústrias como a siderurgia, a produção de petróleo e a fabricação de automóveis, os Estados Unidos expandiram sua participação na produção industrial global e que foi aumentando cada vez mais devido a sua influência e metodologia industrial (Fordismo).

A virada do século XIX para o século XX foi um período de crescimento econômico e industrialização, apesar da 1° revolução industrial atrasada, os Estados Unidos foi um dos pioneiros da 2° revolução industrial, resultando em construções de ferrovias, a exploração de recursos naturais e o aumento da produção industrial impulsionaram a economia. O governo federal desempenhou um papel importante na regulação das indústrias e na promoção da proteção dos consumidores.

> “A Primeira Guerra Mundial, nas palavras do presidente Wilson, foi uma guerra pela “democracia e liberdade”. A linguagem de liberdade já tinha sido usada pelos Estados Unidos nas suas campanhas imperialistas nas Américas e no Pacífico. Era uma linguagem repleta de noções como a superioridade da raça anglo-saxônica e a inferioridade de latino-americanos e asiáticos bem como a necessidade de o capitalismo americano conquistar mercados e matérias-primas fora do país. ” (Karnal, Purdy, Fernandes, Morais, 2007 p.192)

> “Usando a “diplomacia dos dólares”, Taft e Wilson encorajaram bancos americanos a conceder empréstimos a muitos países das Américas, fortalecendo o controle econômico nas mãos dos Estados Unidos. Esses presidentes continuaram a política de Theodore Roosevelt de expandir o capitalismo dos EUA e tentar impor a cultura norte-americana nos países subjugados. “ (Karnal, Purdy, Fernandes, Morais, 2007 p.193)

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) trouxe mudanças significativas na política externa dos Estados Unidos e na economia global. Durante a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos forneceram suprimentos e recursos essenciais para os países aliados. Isso incluiu não apenas suprimentos militares, como armas e munições, mas também produtos básicos, como alimentos e matérias-primas. A produção industrial nos EUA aumentou significativamente para atender a essa demanda crescente, e isso impulsionou a economia do país.

> “Entre 1870 e 1929, o produto industrial dos EUA quadruplicou: massas enormes de capitais e tecnologia avançada explicam parte desse sucesso; também o explica a excepcional disposição de força de trabalho, primeiro de origem rural (devido às crescentes dificuldades da pequena produção agrícola que provocou a migração para as cidades); depois graças à imigração externa. ” (Osvaldo Coggiola, 2017, p.383).

Após a guerra, os Estados Unidos emergiram como uma das potências econômica do mundo. Enquanto a Europa estava em ruínas, os Estados Unidos haviam se tornado um grande produtor de bens industriais, o que permitiu a exportação de produtos americanos para todo o mundo. Isso fortaleceu a posição econômica dos Estados Unidos, aumentou sua influência global com os empréstimos para financiar a guerra, fortalecendo ainda mais o papel do dólar como moeda internacional, que só se tornará a principal moeda a partir do final da 2° guerra mundial com o tratado de Bretton Woods.

Depois da primeira guerra, a década de 1920 foi um período de prosperidade econômica para os Estados Unidos, conhecido como "Roaring Twenties" ou “Jazz Age”, devido ao ritmo musical que passou a ser um elemento cultural do país. Além disso, foram um período de grande crescimento econômico, cultural e social nos Estados Unidos.

O período foi marcado por um aumento na produção industrial impulsionado pelo uso de novas tecnologias e métodos de produção em massa, como a linha de montagem (Fordismo) e a imposição desse novo processo retratado pelo Gramsci em seu livro “Americanismo e Fordismo”.

> “ Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. “ (GRAMSCI, 2001, p.241).

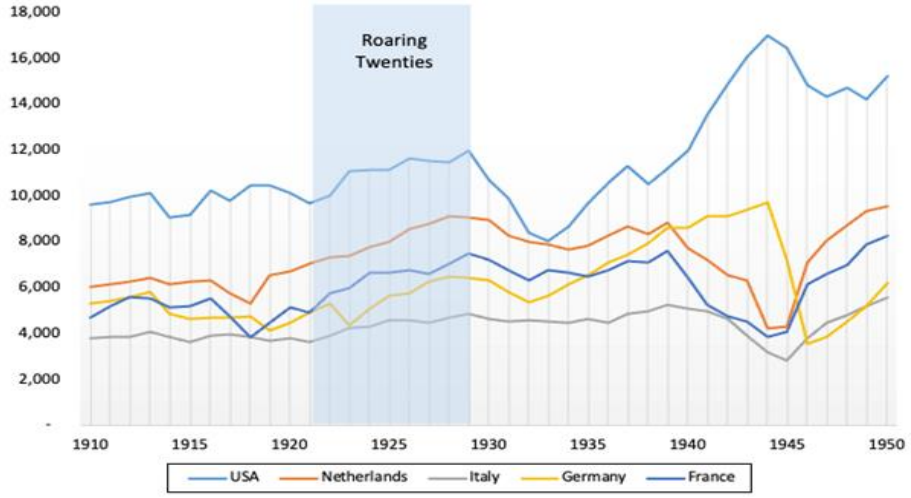
A citação apresentada é do Caderno 22. Gramsci argumenta que a transição do individualismo econômico para uma economia programática é marcada por uma série de problemas que precisam ser resolvidos. O americanismo refere-se à influência dos Estados Unidos como modelo econômico e cultural dominante durante o século XX, enquanto o fordismo refere-se ao sistema de produção em massa desenvolvido por Henry Ford.

A expressão "economia programática" refere-se a uma abordagem de planejamento econômico mais centralizada, em contraposição ao individualismo econômico, no qual cada ator econômico atua de forma independente e busca seus próprios interesses.

Gramsci sugere que o americanismo e o fordismo são respostas a essa necessidade de uma economia programática, na qual a produção em massa, a padronização e a organização eficiente são elementos-chave. Ele vê os problemas que surgem nesse processo como elos de uma cadeia, indicando que cada desafio enfrentado é um passo em direção à transformação do antigo individualismo para um modelo econômico mais programático. Examinando essa transição do modelo econômico anterior para uma abordagem mais centralizada e organizada, influenciada pelo exemplo americano e pelo sistema fordista de produção em massa.

Em um processo de produção em massa, ainda ocorreu uma explosão na cultura do entretenimento, um boom no mercado de ações e um aumento no consumo de bens de consumo, isso devido à grande quantidade de poder de compra da população Norte Americana que mostra no gráfico da AEPET (Associação Dos Engenheiros Da Petrobras) abaixo:

Gráfico 1 - Renda per capita ($)



O aumento no consumo de bens de consumo foi uma consequência natural do processo de produção em massa. Produtos anteriormente considerados luxuosos tornaram-se acessíveis a um público mais amplo. A variedade de produtos disponíveis nas prateleiras das lojas aumentou, atendendo às necessidades e desejos dos consumidores. Isso levou a uma cultura de consumo, onde as pessoas passaram a adquirir uma ampla gama de produtos, desde automóveis e eletrodomésticos até roupas e eletrônicos. A produção em massa transformou a economia de muitos países e melhorou o padrão de vida das pessoas.

Apesar do Liberalismo já ter uma grande força no século XIX, cresceu ainda mais esse pensamento econômico na política dos Estados Unidos. O termo implementado pelos políticos durante os anos de 1920 foi o “laissez-faire”, que é um conceito econômico que retrata a não intervenção do governo na economia, continuando com esse pensamento que se utilizava desde o século XIX. Incentivando a liberdade e a mínima intervenção governamental em assuntos econômicos e com a crença de que a economia se autorregularia de forma eficiente.

Os líderes políticos dessa época, como os presidentes Warren G. Harding e Calvin Coolidge, acreditavam que a economia se beneficiaria se o governo se afastasse e permitisse que as forças do mercado operassem livremente. Essa filosofia refletia uma rejeição às políticas intervencionistas adotadas durante a Primeira Guerra Mundial e uma crença de que a economia se autorregularia de forma eficiente, esse otimismo do presidente é retrato no Livro “Era dos Extremos” em uma das suas falas ao Congresso em 1928, retratando esse clima de euforia da economia Norte Americana.

> “Nenhum Congresso dos Estados Unidos já reunido, ao examinar o estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a de hoje [...] A grande riqueza criada por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir à caridade e aos negócios do mundo. As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo. ” Presidente Calvin Coolidge, Mensagem ao Congresso, 4/12/1928 (HOBSBAWM, 1995, p. 90)

Com o aumento do consumo, os negócios prosperaram e as artes e cultura floresceram. No entanto, o aumento da especulação financeira e a falta de regulamentação financeira levaram à crise econômica de 1929, conhecida como a Grande Depressão.

> “A especulação nas Bolsas começou a crescer desenfreadamente. Nos Estados Unidos o índice de ações cresceu de 100 (1926) para 291 em setembro de 1929. Os preços das ações industriais em Londres subiram de 120 (1927) para 150 (1929) e na Alemanha de 40% no mesmo período. Ocorreram aumentos substanciais, nos demais centros europeus, dos preços de novas subscrições ou de emissões puramente especulativas. As primeiras falências começaram a surgir na Europa antes do que nos Estados Unidos. Rotschild viu-se obrigada a retirar fundos de Nova York para salvar seu banco vienense. Bancos da City e investidores particulares começaram a vender suas ações americanas, deslanchando o processo da Grande Depressão. “ (Grieco, 1999, p. 171)

O processo para a Crise de 1929 se inicia com a falta de regulação do mercado financeiro (Fruto do liberalismo econômico dos Estados Unidos). Na época, não havia leis que impedissem a especulação e o uso de práticas financeiras arriscadas, resultando em investidores que compravam ações com base em expectativas irreais de lucros futuros. Essa alta especulação resultou em uma bolha financeira que acabou estourando, levando à queda das ações.

> “A partir de março de 1928, o boom da Bolsa de Nova Iorque – cujas causas residiam na política monetária expansionista, na estrutura financeira e bancária norte-americana e nos fatores psicossociológicos que caracterizaram o comportamento do público estadunidense – passou a ser puramente especulativo. A bolsa começou a subir, não de forma paulatina e

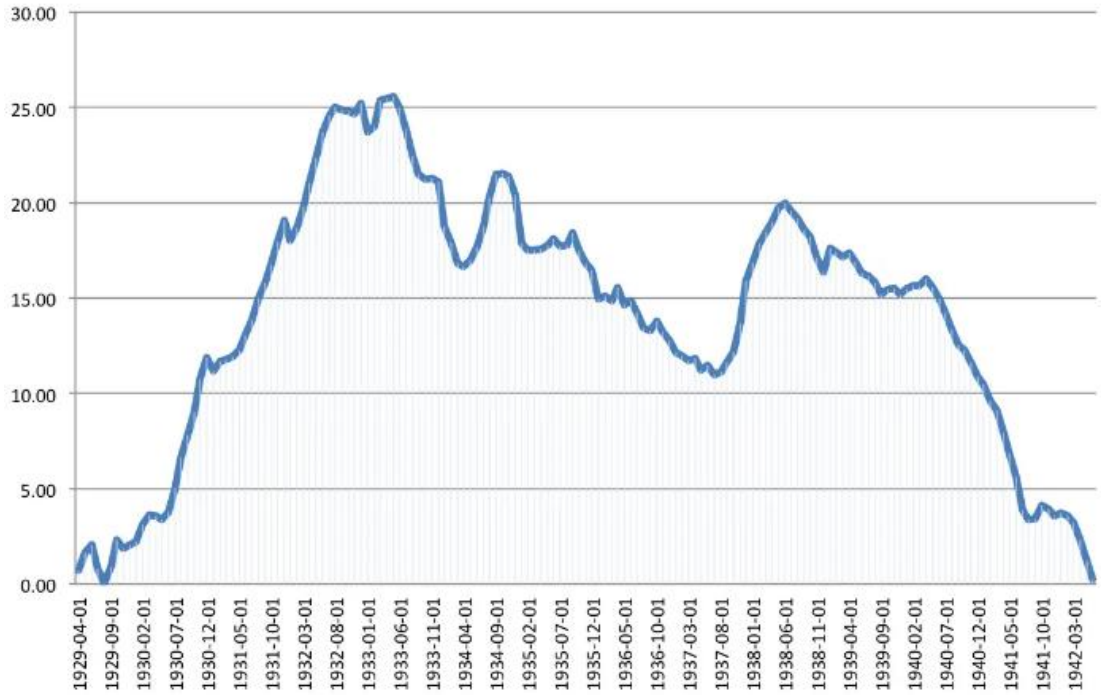
> sustentada, mas em grandes saltos. A alta da bolsa não tinha mais correspondência com o aumento dos lucros, mas as aplicações prosseguiam: o futuro das cotações era desenhado com base na trajetória de crescimento precedente, e a alta suscitava a alta. “ (Gabriel Rossini, 2015, p. 2)

O colapso da Bolsa ocorreu ao longo de outubro de 1929. As ações começaram a demonstrar sinais de queda nas cotações já nos primeiros dias do mês, o que levou a um movimento por parte dos proprietários de tentar resgatar a maior quantidade de dinheiro por elas antes que seus valores despencassem ainda mais (Galbraith, 1972: 104-115).

O sistema bancário era pouco regulamentado e muitas instituições emprestavam dinheiro sem a garantia de que ele seria pago de volta. Resultado de uma política de disponibilidade de crédito, onde os bancos começaram a oferecer empréstimos a taxas mais baixas e a facilitar o acesso ao pessoal, permitindo que as pessoas comprassem bens e serviços, mesmo não tendo recursos financeiros para pagar por eles

A crise teve um impacto gigantesco na economia mundial, devido ao protagonismo da economia dos Estados Unidos. Em todo o mundo, milhões de pessoas perderam seus empregos e tiveram que enfrentar dificuldades financeiras. A queda do comércio internacional e a diminuição dos investimentos levaram a uma queda na produção industrial, agravando ainda mais a situação.

Gráfico 2 – A taxa de desemprego dos Estados Unidos durante a grande depressão



Fonte: www.economicshelp.org

O autor argumenta abaixo através de dados sobre o gráfico 2 durante a grande depressão:

> "O desemprego nos Estados Unidos atingia aproximadamente 4.600.000 pessoas em 1930 e 13.000.000 em 1933, correspondendo neste último caso a 27% da população economicamente ativa. Assumindo-se o ano de 1926 como índice 100, a massa salarial em 1929 era de 100,5, declinando para 81,3 em 1930, 61,5 em 1931, 41,6 em 1932 e 44 em 1933. " (Daniel Barreiros, 2007 p. 22)

O governo dos Estados Unidos sob a liderança do presidente Herbert Hoover inicialmente adotou uma abordagem mais passiva, acreditando que a economia se recuperaria por conta própria. No entanto, à medida que o desemprego aumentava e a situação econômica se agravava, ficou claro que a intervenção governamental era necessária.

Foi com a eleição de Franklin D. Roosevelt que a resposta à crise ganhou um impulso significativo. O New Deal, um amplo programa de reformas e regulamentações econômicas e sociais, foi implementado. O New Deal visava à recuperação econômica e à criação de empregos, abordando os problemas que levaram à Grande Depressão.

> "Através do New Deal ("novo trato", "novo pacto"), Roosevelt propôs a reconstrução das relações entre Estado e sociedade civil tendo por base as necessidades da acumulação privada e as demandas sociais emergentes de um contexto sócio-econômico que prenunciava uma nova fase no capitalismo mundial. Esta reconstrução foi inovadora na medida em que alçou o Estado,

> de uma forma inédita, à condição de “fiel da balança” da economia norte-americana. ” (Daniel Barreiros, 2007 p. 27)

Assim que assumiu a presidência Roosevelt começou a tomar medidas para conter o declínio da economia, primeiramente foi implementado a Lei de Emergência Bancária (Emergency Bank Relief Act)

> “A Lei de Emergência Bancária, além de conferir ao presidente a autoridade que ele queria, dava-lhe poder para controlar o movimento do ouro e outros tipos de moeda, bem como todas as transações em moeda estrangeira. Também lhe dava o direito de reabrir, quando julgasse conveniente, os bancos cuja situação era solida, e de reorganizar os bancos que precisassem de reorganização (isto e, de credito do governo) para recolocá-los numa posição firme que lhes tornasse possível reiniciar os negócios. ” (Huberman, 1984, p. 249)

A Lei de Emergência Bancária, que foi aprovada em 9 de março de 1933, visava lidar com o colapso do sistema bancário que ocorreu como resultado da crise econômica. Algumas das principais características e poderes conferidos ao presidente por meio desta lei incluíam o controle do movimento de ouro e moeda, reabertura de bancos e reorganização e o apoio à recuperação financeira.

Essa implementação foi de grande importante pois no momento da ascensão do presidente Roosevelt à liderança do país, a vasta maioria das instituições bancárias nacionais encontrava-se encerrada, enquanto um considerável número de outras estava à beira da falência iminente.

> “A injeção líquida por conta do governo – isto é, o déficit em numerário – foi de quase 3 bilhões de dólares no ano fiscal de 1939 e também em 1940; no ano fiscal de 1941 o déficit foi de quase 5 bilhões de dólares. Durante o ano de 1940, pela primeira vez em mais de um decênio, a economia revelou indícios de atingir a completa recuperação. O emprego e as folhas de pagamento elevaram-se com o rápido aumento da produção industrial. Os preços permaneceram estáveis em 1940, mas ao chegar ao fim do ano as taxas salariais começavam a firmar-se, sinal de que o pleno emprego podia mais uma vez tornar-se realidade. ” (Robertson, 1967, p. 745)

O governo gasta mais do que arrecada em um determinado período. No ano fiscal de 1939 e 1940, o déficit do governo foi de quase 3 bilhões de dólares em cada um desses anos. Durante o ano de 1940, houve indícios de que a economia estava se recuperando. O emprego e as folhas de pagamento aumentaram devido ao rápido crescimento da produção industrial. Os preços permaneceram estáveis em 1940, o que pode ser interpretado como um sinal positivo em termos de estabilidade econômica.

No final do ano de 1940, as taxas salariais começaram a se firmar, indicando que o pleno emprego poderia se tornar uma realidade novamente. Isso significa que a economia estava se aquecendo e mais pessoas estavam encontrando empregos, para que no pós-guerra os Estados Unidos firmam a sua hegemonia

2- Abalos na Economia Brasileira: A Crise de 1929 e as Estratégias de Recuperação no País

Este capítulo se concentra exclusivamente nos impactos da crise de 1929 no Brasil, um período que marcou uma mudança significativa na economia e na sociedade brasileira. A primeira seção deste capítulo examina o cenário econômico brasileiro antes da crise. Como um grande exportador de commodities, o Brasil desempenhou um papel importante no comércio global antes da crise. Esta seção analisa a dependência do Brasil nesse cenário agropecuário e como isso deixou o país vulnerável a choques econômicos externos.

A segunda seção discute os efeitos imediatos da crise no Brasil. A queda nos preços das commodities e a redução do comércio global tiveram um impacto profundo na economia brasileira. Esta seção detalha como a crise afetou as exportações de café, a economia em geral e a vida cotidiana dos brasileiros.

A terceira seção explora as respostas do governo brasileiro à crise. Em face da adversidade econômica, o governo implementou uma série de políticas para estabilizar a economia e proteger os cidadãos mais vulneráveis. Esta seção examina essas políticas e avalia sua eficácia.

A última seção deste capítulo analisa as consequências de longo prazo da crise no Brasil. Apesar dos desafios imediatos, a crise também apresentou oportunidades para reformas econômicas e sociais. Esta seção discute como a crise influenciou o desenvolvimento econômico subsequente do Brasil e moldou o país que conhecemos hoje. Antes de iniciarmos a discussão sobre o tema, faremos uma breve contextualizada sobre o Brasil.

> “O Brasil, localizado na zona tropical e subtropical, pelas condições climáticas, repelia o povoador. Entretanto, essas mesmas condições que eram hostis ao povoador, poderiam constituir atrativo para os comerciantes. O clima tropical permitiria obter produtos que a Europa reclamava ansiosamente, por ser região de clima temperado. O clima seria um estímulo ao lucro, pois nas regiões quentes pode-se produzir o açúcar, a pimenta, o gengibre, a noz moscada, o tabaco, o anil, o algodão, etc. ” (MAFALDA P. ZEMELLA 1950, p. 485 - 486)

A colonização do Brasil pelos portugueses marcou o início de uma exploração intensiva dos recursos naturais do país. Esta exploração, muitas vezes em conflito

com as populações indígenas locais, estabeleceu as bases para a economia agrícola que prevalece no Brasil até hoje. A expansão demográfica e econômica, impulsionada pela colonização, transformou o Brasil em uma nação predominantemente agrícola. Esta transformação foi alimentada pela escravização e exploração dos indígenas, que se tornaram a principal fonte de mão de obra para a produção agrícola mercantil e para setores da economia de subsistência.

A construção do Brasil como país envolve uma longa e complexa história que refletiram diretamente para a explicar como se tornamos predominantemente um país agrícola. Com a chegada dos portugueses, iniciou-se a colonização do Brasil, que foi marcada pela exploração dos recursos naturais e pelos conflitos com os indígenas.

> "Um conjunto de fatores particularmente favoráveis tomou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. " (Furtado, 1958, p. 18).

A principal atividade econômica da colônia era a produção de açúcar, que era exportado para a Europa, o ciclo do açúcar no Brasil se estendeu entre os séculos XVI e XVII, sendo responsável por uma grande parcela da economia de Portugal durante o período colonial. Os portugueses introduziram a cultura da cana-de-açúcar na colônia e a produção do açúcar logo se tornou uma atividade extremamente lucrativa. O açúcar brasileiro abastecia não só as colônias portuguesas, mas principalmente o mercado europeu, que tinha uma grande demanda por esse produto.

> "Com o latifúndio e a monocultura, aparece o escravo. Sem o escravo, de nada valeria a terra. O chão era praticamente de quem o ocupasse. Só o braço escravo é que podia transformar a terra em riqueza. Assim, a riqueza de uma pessoa não se contava por área de terra possuída, léguas, alqueires, etc., mas sim pelo número de escravos.
>
> A instituição da escravatura no Brasil colonial foi uma necessidade, já pelo clima, já pela extensão das áreas a cultivar, já pela falta de efetivos humanos em Portugal. " (MAFALDA P. ZEMELLA 1950, p. 490)

A produção açucareira foi responsável por uma série de transformações na sociedade brasileira. A demanda por mão-de-obra para trabalhar nos engenhos de açúcar levou à intensificação do tráfico de escravos africanos, que se tornaram a principal fonte de trabalho nas plantações.

A produção açucareira no Brasil foi marcada pela concentração de terras e pela criação de uma elite agrária que controlava a produção e o comércio do açúcar. Essa elite era composta por grandes proprietários de terras, conhecidos como senhores de engenho, que possuíam vastas plantações de cana-de-açúcar e utilizavam mão-de-obra escrava para a produção.

> "A unidade econômica, que produz o açúcar é conhecida sob o nome de engenho. O engenho é um estabelecimento complexo, um verdadeiro mundo em miniatura. Compõe-se de numerosas construções (a casa-grande, onde habita o senhor de engenho, a senzala, a capela, as oficinas, as estrebarias). Abrange uma parte mecânica e um maquinário rústico: a moenda, a caldeira, a casa de purgar. Compreende grandes extensões de terras: as ocupadas com os canaviais, com os pastos, com culturas alimentares, com as matas que fornecem lenha para as fornalhas e para as construções. Dispõe também de um sistema completo de transporte de caixas de açúcar do engenho ao porto exportador (barcas, carros de boi, bois carreiros, carroças, cavalos, etc.). " (MAFALDA P. ZEMELLA 1950, p. 491)

A estrutura social e política da produção açucareira era extremamente hierarquizada. Os senhores de engenho tinham grande poder sobre a população local, que muitas vezes vivia em condições precárias nas regiões próximas aos engenhos. Além disso, a produção açucareira também foi responsável pelo desenvolvimento de uma cultura marcada pela religiosidade e pelo conservadorismo.

> "Desde o final do século XIX, a economia açucareira se caracterizou por ciclos de escassez e de superprodução, e, consequentemente, por flutuações de preços crescentes e decrescentes. Sobretudo a partir do século XX, a oferta açucareira sempre foi superior à demanda, tendo em vista que as usinas eram instaladas com uma capacidade de produção adequada às perspectivas de consumo futuras. " (Rodrigues e Ross, 2020 p.114)

Assim, com o aumento da oferta e da superprodução no Brasil, resultando no fim do ciclo do açúcar e se iniciando um novo ciclo no Brasil, o ciclo do Ouro, que se estendeu do final do século XVII até o início do século XIX, foi um dos momentos mais marcantes da história do país.

> "A descoberta e subseqüente exploração do ouro teriam repercussões imediatas e de longo alcance, não somente na sociedade e na economia do Brasil, mas também na metrópole e em sua posição política e econômica dentro da Europa. A coroa não quis desencorajar as atividades mineradoras, mas ao mesmo tempo atuou para proteger aqueles setores da sociedade e economia colonial que poderiam ser afetados negativamente pela febre desenfreada do ouro. Apesar do otimismo inicial, parece que a coroa não

> conseguia acreditar em sua boa sorte e, mesmo no caso das "minas gerais", não esperava que os resultados fossem duradouros. ” (RUSSEL-WOOD, 2004, p. 474)

A descoberta de ouro em Minas Gerais trouxe as implicações da descoberta e exploração do ouro no Brasil, tanto em termos de sua influência na sociedade e economia brasileira quanto em seu impacto na metrópole, ou seja, Portugal, e em sua posição política e econômica na Europa.

A descoberta de ouro no Brasil teve implicações significativas. Isso atraiu a atenção de pessoas que buscavam enriquecimento rápido por meio da mineração de ouro. A mineração de ouro teve um impacto imediato na sociedade e economia brasileira. Ela levou à migração de pessoas para as áreas onde o ouro estava sendo explorado, levando a uma mudança na demografia e na estrutura social. Isso também influenciou a economia, uma vez que a atividade de mineração de ouro se tornou dominante.

A coroa portuguesa não queria desencorajar a mineração de ouro, pois isso poderia gerar riqueza para o reino. No entanto, ela também tinha preocupações em relação aos efeitos negativos que a corrida do ouro poderia ter em outros setores da sociedade e da economia colonial. Mesmo nas áreas de mineração de ouro mais produtivas, como as Minas Gerais, a coroa portuguesa não esperava que os resultados fossem duradouros. Isso pode ter sido devido a preocupações com a exaustão dos depósitos de ouro, flutuações nos preços do ouro e outros fatores que poderiam afetar a sustentabilidade da atividade.

> “Durante todo o séc. XVIII, as câmaras das cidades e vilas da costa atribuíam todos os seus infortúnios à mineração. Uma das queixas era que a sedução das minas afastava homens livres que estariam envolvidos no cultivo da cana, do tabaco ou da mandioca. O maior problema residia no fato de que os fazendeiros, não menos que os mineiros, precisavam de escravos para o trabalho no campo, e os mineiros ofereciam mais vantagens aos vendedores de escravos: em primeiro lugar, podiam pagar preços mais altos por seus escravos; em segundo, em vez de comprarem a crédito, oferecendo em garantia a produção da próxima colheita, pagavam a dinheiro. Assim, adquiriam os escravos de melhor categoria, não dando espaço para os fazendeiros competirem no processo de aquisição de mão-de-obra. ” (PIASSINI, 2013, P. 856-857)

Esse trecho descreve uma situação durante o século XVIII nas cidades e vilas da costa do Brasil, em relação à mineração e sua influência nas atividades econômicas, agricultura e sistema de escravidão.

As autoridades locais, representadas pelas câmaras das cidades e vilas, culpavam a mineração por uma série de problemas e dificuldades enfrentadas naquela época. Enquanto a mineração de ouro e outros minerais era considerada uma atividade que atraía trabalhadores e investidores, desviando-os de outras atividades econômicas, como o cultivo da cana-de-açúcar, tabaco e mandioca.

Um dos principais problemas identificados era a competição por escravos entre os fazendeiros e os mineiros. Ambos precisavam de mão-de-obra escrava para suas atividades econômicas. Os mineiros, no entanto, tinham vantagens significativas na aquisição de escravos. Os mineiros podiam pagar preços mais altos pelos escravos, o que tornava a aquisição de escravos de melhor qualidade mais acessível para eles.

O período do ouro deixou um legado significativo na história do Brasil. A riqueza gerada pela exploração do ouro foi fundamental para o desenvolvimento da região, ajudando a financiar a construção de cidades, estradas e fortificações. Além disso, o período do ouro marcou o início da formação de uma identidade brasileira, com a mistura de diferentes culturas e tradições que ocorreu na região das minas.

> “Por outro lado, e como foi visto, a economia das minas articulou um sistema de trocas monetárias entre o núcleo minerador, as cidades e os produtores de bens agrícolas. Pois bem, tal sistema desaparece quando o ouro escasseia. Ocorre um processo de atrofiamento da economia monetária e, em paralelo, um rebaixamento do nível de produtividade na economia como um todo. ” (Furtado, 1999, p. 85 apud Coutinho, 2008, p. 366)

O trecho destaca como a economia das minas de ouro no Brasil estava intrinsecamente ligada à disponibilidade de ouro e como a escassez desses metais preciosos podia desencadear uma série de problemas econômicos, incluindo o fim do sistema monetário e o fim do recurso, finalizando assim, o ciclo do Ouro no Brasil.

Celso Furtado (1958, p. 112) define a entrada do café na economia Brasileira:

> “Ao observador de hoje, afigura-se perfeitamente claro que, para superar a etapa de estagnação, o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas em expansão do comércio internacional. Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século xix para o desenvolvimento era o comércio internacional. ”

A necessidade do Brasil se reintegrar às linhas em expansão do comércio internacional como forma de superar a estagnação econômica. O comércio

internacional era a única saída viável para o desenvolvimento do país, dada a falta de tecnologia própria e a escassez de capitais disponíveis para investimentos em novas atividades.

> "[...] A importância do café para a história brasileira, não se restringe ao viés econômico, alcançando também os aspectos políticos e socioculturais. Seu cultivo consolidou o sistema capitalista através da substituição de mão de obra escrava pela assalariada, estimulou e assegurou o êxito do processo de imigração, sobretudo de trabalhadores europeus que vieram para as lavouras de café no Brasil, além de ter viabilizado, com seus excedentes, o processo de industrialização brasileiro e a migração do campo para a cidade, das demais regiões para o centro-sul do país. " (MEDEIROS, RODRIGUES, 2017 p.1)

A entrada do período do café é uma das fases mais marcantes da história econômica do Brasil, que se estendeu do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Com as condições climáticas ideias, mão de obra abundante devido a imigração e uma grande disponibilidade de terras, resultou durante esse período um grande crescimento econômico e se consolidou como um dos principais produtores e exportadores de café do mundo.

A expansão da economia cafeeira no Brasil foi impulsionada pela demanda internacional pelo produto, que se intensificou no final do século XIX. Com o esgotamento das fontes de fornecimento da Europa e a necessidade crescente de uma fonte confiável de suprimento, o Brasil emergiu como um dos principais produtores de café do mundo.

Figura 1 - O avanço do café nos séculos XIX e XX.



Adaptado de: ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996.

O café, que antes era cultivado em pequena escala, rapidamente se tornou o principal produto de exportação brasileiro. A produção cafeeira se espalhou rapidamente no Brasil, especialmente no estado de São Paulo como é possível ver na figura 1, que

se tornou o maior produtor de café do mundo. Grandes fazendas de café foram estabelecidas, e a produção foi intensificada com a utilização de técnicas modernas de plantio e colheita.

> “A grande expansão do comércio internacional do café no início daquele século deve-se à geopolítica dos EUA de busca de alternativas aos mercados controlados pela Inglaterra, sobretudo, do chá produzido pelas colônias britânicas. Com a crescente industrialização, os EUA se tornaram o maior mercado consumidor, transformando o café em uma das principais commodities internacionais, com preços estipulados pela bolsa de valores de Nova Iorque e o comércio regulado por grandes exportadores e torrefadores estadunidenses e europeus (Topik, 2003; Daviron; Ponte, 2007; Daviron; Vagneron; 2011 apud FREDERICO 2017, p. 76). ”

O Autor ainda explica essa popularização na Europa e nos Estados Unidos é como esse produto que passou a ser muito utilizado nas fabricas, que foi impulsionado pelo crescimento da demanda dos países industrializados. Dessa forma, o café passou a ser o produzido em larga escala, devido a nossa grande quantidade de terras, se inserindo como um grande fornecedor de matéria-prima e se tornando a principal exportação do pais.

Apesar dos desafios, o período do café foi fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil. A economia cafeeira ajudou a modernizar a regiões de São Paulo e a criar uma nova classe de empresários e empreendedores. A influência do período do café pode ser vista até hoje na cultura brasileira, com a presença de cafeterias e do hábito de tomar café como parte da vida cotidiana.

> “A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria em 1901-02 16,3 milhões [...] A ideia de retirar do mercado parte desses estoques amadurece cedo - no espírito dos dirigentes dos estados cafeeiros, cujo poder político e financeiro fora amplamente acrescido pela descentralização republicana. No convênio, celebrado em Taubaté em fevereiro de 1906, definem-se as bases do que se chamaria política de "valorização" do produto. ” (Furtado, 1958, p. 176)

No entanto, como apontado por Furtado, essa estratégia deixava uma questão em aberto. Ao manter os preços altos e os lucros elevados, a indústria do café continuaria sendo atrativa para novos investimentos e expansões. Isso resultaria em um aumento na oferta de café no futuro, resultado que ocasionaria no final do século XIX e início do Século XX, uma vez que mais fazendas seriam estabelecidas e a produção seria ampliada.

Essa expansão da oferta poderia criar um problema maior para o setor no futuro, já que a demanda não poderia acompanhar o crescimento contínuo da oferta. Com o aumento da produção, a oferta de café poderia exceder a demanda, levando a um eventual excesso de estoques e a uma queda nos preços.

> "Existia, portanto, uma situação perfeitamente caracterizada de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura. Não se podia esperar um aumento sensível da procura resultante de elevação da renda disponível para consumo nos países importadores. Tampouco se podia pensar em elevar o consumo desses países baixando os preços. A única forma de evitar enormes prejuízos para os produtores e para o país exportador era evitar - retirando do mercado parte da produção -que a oferta se elevasse acima daquele nível que exigia a procura para manter um consumo per capita mais ou menos estável a curto prazo. " (Furtado, 1958, p. 179).

Furtado (1958) menciona uma situação de desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda no mercado de café. Isso significa que a quantidade de café produzido excedia a demanda dos países importadores, criando um cenário de excesso de oferta.

Nessa situação, não era possível esperar um aumento significativo na demanda devido ao aumento da renda disponível nos países importadores, gerando uma demanda inelástica. Com a redução dos preços como forma de estimular o consumo também não era uma opção viável, pois poderia resultar em prejuízos significativos para os produtores e para o país exportador como um todo.

A única maneira de evitar esses prejuízos e manter um nível de consumo relativamente estável a curto prazo era retirar parte da produção do mercado. Isso poderia ser feito por meio de estratégias como a destruição dos estoques excedentes ou a restrição voluntária da produção, essa ação por sua vez, foi uma defesa utilizada após 1931.

Essa abordagem visava equilibrar a oferta e a demanda, evitando que a produção excedesse a capacidade de consumo dos países importadores. Ao reduzir a oferta, os cafeicultores buscavam manter os preços em um nível sustentável e evitar a desvalorização do produto no mercado internacional.

Entretanto, a década de 1920 foi um período desafiador para a análise econômica do Brasil em comparação com a década anterior, devido a várias razões. Em termos

externos, os preços da maioria das commodities foram reduzidos após a Primeira Guerra Mundial, houve uma crise internacional (centrada nos EUA) de 1920-1922 que diminuiu o comércio exterior e a instabilidade financeira internacional aumentou. Internamente, as políticas econômicas ortodoxas adotadas pelo governo federal e os reflexos das circunstâncias internacionais contribuíram para a complexidade do período.

Entre as principais exportações do país, apenas o café apresentou um desempenho favorável em termos de preços e quantidades. O algodão teve uma expansão devido à reconstrução do pós-guerra e à proteção indireta dos preços mantidos pelos EUA, enquanto as outras exportações estagnaram ou caíram.

> O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores fora bem concebido. Sem embargo, deixava em aberto um lado do problema. Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta e criava um problema maior para o futuro. (Furtado, 1958, p. 177).

Com a crise de 1929 se instaurando no Brasil e afetando diretamente nos preços das commodities, um aspecto importante da estratégia do governo brasileiro era manter os preços do café elevados. Essa política envolvia a intervenção no mercado por meio da compra de estoques de café excedentes e sua subsequente destruição, com o objetivo de reduzir a oferta disponível e manter os preços em patamares elevados.

> Com efeito, a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927-28. Por outro lado, era totalmente impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais se encontrava em profunda depressão e o crédito do governo desaparecera com a evaporação das reservas. (Furtado, 1958, p. 182).

Os pontos importantes relacionados à situação do mercado de café na época. Primeiro, indica que a produção máxima de café foi atingida em 1933, durante a Grande Depressão, como resultado das grandes colheitas de 1927-28. Isso significa que a produção estava em seu ponto mais alto, o que contribuiu para o desequilíbrio entre oferta e demanda.

Em segundo lugar, destaca que era extremamente difícil obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques de café, resultado da crise de 1929.

Isso ocorria porque o mercado internacional de capitais estava em uma profunda depressão econômica, o que tornava o acesso ao crédito escasso e difícil. Além disso, o crédito do governo também estava limitado, pois as reservas financeiras haviam sido afetadas negativamente pela crise econômica.

Essa situação financeira desfavorável dificultava a capacidade dos produtores e do governo de adquirir e reter estoques de café para controlar a oferta e manter os preços. A falta de acesso ao crédito tanto no mercado internacional como no âmbito governamental tornava ainda mais desafiador implementar estratégias de regulação da oferta para equilibrar o mercado.

Essas condições econômicas adversas contribuíram para agravar a crise na indústria cafeeira durante a Grande Depressão. A falta de capacidade de financiamento para reter estoques e controlar a oferta agravou o desequilíbrio entre oferta e demanda, levando a uma queda significativa nos preços do café e a consequentes prejuízos para os produtores.

> Vimos como a política de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia. Vejamos agora o que significou isso como pressão sobre a estrutura do sistema econômico. O financiamento dos estoques de café com recursos externos evitava, conforme indicamos, o desequilíbrio na balança de pagamentos. Com efeito, à expansão das importações induzida pela inversão em estoques de café dificilmente poderia exceder o valor desses estoques, os quais tinham uma cobertura cambial de cem por cento. (Furtado, 1958, p. 191).

Furtado (1959) menciona o impacto da política de defesa do setor cafeeiro na estrutura do sistema econômico, especialmente em relação ao financiamento dos estoques de café com recursos externos. Essa estratégia permitia evitar desequilíbrios na balança de pagamentos do país.

Ao financiar os estoques de café com recursos externos, o Brasil evitava que as importações induzidas pelo aumento nos estoques de café superassem o valor desses estoques. Isso ocorria porque os estoques de café possuíam uma cobertura cambial de cem por cento, ou seja, as receitas provenientes das exportações de café eram utilizadas para pagar as importações, evitando um desequilíbrio nas contas externas.

Essa abordagem contribuía para manter a estabilidade econômica e evitar pressões sobre a balança de pagamentos do país. Ao garantir que as importações não ultrapassassem o valor das exportações de café, o Brasil evitava a acumulação excessiva de dívidas externas e preservava a capacidade de pagamento.

Essa estratégia permitia que o país se beneficiasse dos lucros da indústria cafeeira, sem comprometer de forma significativa a estabilidade financeira e a capacidade de pagamento externo. No entanto, é importante ressaltar que essa abordagem também estava sujeita a riscos, como flutuações nos preços internacionais do café e variações nas condições financeiras globais, que poderiam afetar a capacidade de financiamento dos estoques de café e a balança de pagamentos.

> "Dependiam de políticas oficiais, nas quais a atividade industrial sempre ocupava um lugar secundário. Mas apesar do fato de que quase toda a ajuda do Estado à indústria era consequência de alguma necessidade da agricultura e do Tesouro, as fábricas no Brasil multiplicaram-se de maneira impressionante, finalmente atingindo importância política. Depois da Primeira Guerra Mundial as indústrias de base, como aço e carvão, tornaram-se prioritárias em função da sua importância para a defesa nacional. Mas apesar disso os administradores públicos não tiveram apoio político nem independência e disposição suficiente para estabelecer uma política dinâmica de industrialização. " (Topik, 1987, p. 151).

As políticas oficiais no Brasil priorizavam a agricultura e o Tesouro Nacional, relegando a atividade industrial a um papel secundário. No entanto, mesmo com a ajuda estatal à indústria sendo resultado das necessidades agrícolas e financeiras, as fábricas no país cresceram de forma impressionante, ganhando relevância política.

Para entender os processos que levaram o Brasil a sair da crise de 1929, é importante retratar a deslocamento do centro dinâmico, que é aportado no artigo:

> "De acordo com a tese furtadiana, a consequência dessa política de valorização do café implementada pelo governo Vargas na década de 1930 em um contexto de depressão econômica alterou bruscamente os preços relativos das importações. Desse modo, ao promover uma política de defesa do café na conjuntura adversa da década de 1930, tanto em termos de financiamento externo quanto de expansão das exportações, houve um fortalecimento no setor interno da economia brasileira, aproveitando a capacidade produtiva instalada no país. " (Moraes, Castelli e Clemente, 2019 p.216)

> "Portanto, o deslocamento do centro dinâmico corresponde aos efeitos estruturais na produção brasileira, oriundos do tratamento distinto na política de valorização do café do governo Vargas em relação ao que se praticava desde o Convênio de Taubaté, em 1906, isto é, endividamento externo para financiar ajuste recessivo. " (Moraes, Castelli e Clemente, 2019 p.216)

Para lidar com os desafios econômicos causados pela crise, o Brasil começou a implementar políticas voltadas para a industrialização. O governo percebeu a necessidade de diversificar sua economia e reduzir a dependência das exportações agrícolas. Dessa forma, foram adotadas medidas para promover a industrialização e estimular a produção de bens manufaturados.

Uma das estratégias utilizadas foi a criação de políticas de substituição de importações. Isso envolveu a imposição de altas tarifas sobre produtos estrangeiros, tornando-os mais caros e menos competitivos em relação aos produtos nacionais. Essa medida protecionista incentivou o crescimento da indústria nacional, uma vez que as empresas locais passaram a ter uma vantagem competitiva.

> "A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. " (Furtado, 1958, p. 158).

> "O governo Vargas, ao querer regular as atividades das empresas dos setores de siderurgia, petróleo e energia elétrica, à medida que na década de 1930 o governo procurava superar os efeitos da crise econômica e destinar os recursos para o desenvolvimento e novas atividades no que diz respeito à diversificação do mercado interno acabou se confrontando com os interesses das filiais estrangeiras. " (Magalhães, 2017 P.6)

O governo também investiu na infraestrutura industrial nos anos 40, que estimulou a formação de capital nacional, concedeu incentivos fiscais e creditícios para empresas e promoveu a criação de indústrias estatais. Essas ações contribuíram para o surgimento e crescimento de diversos setores industriais no Brasil, como o têxtil, siderúrgico, automobilístico, químico e de bens de consumo duráveis.

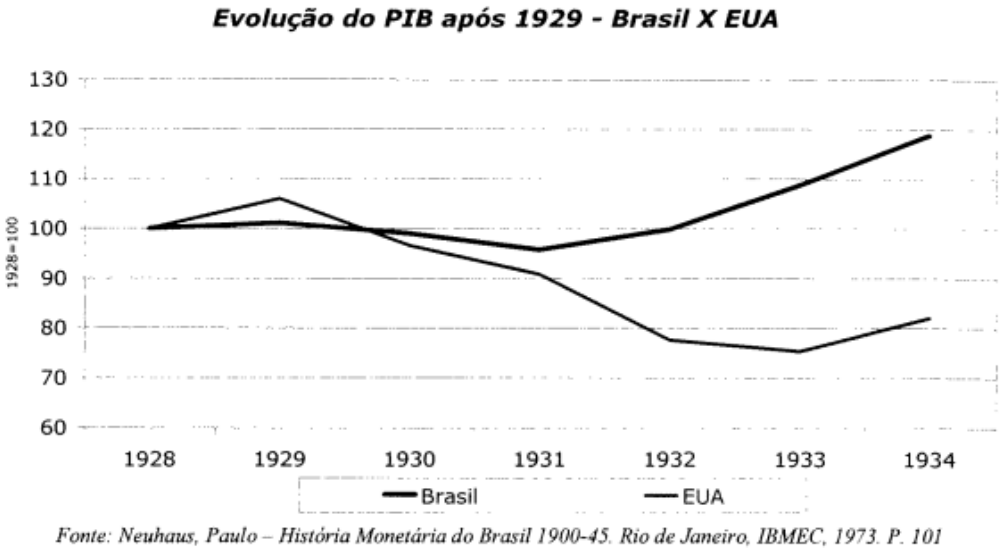
> "Portanto, o primeiro governo Vargas (1930-1945) buscou implantar um Estado Nacional através da construção do nacional-desenvolvimentismo. Nesse primeiro momento, o desenvolvimento econômico do país foi orientado por um Estado que buscou minimizar a participação do capital estrangeiro, com exceção nos setores de base em que o governo era mais flexível, mas que, portanto, tratava-se nesse momento de possibilitar o desenvolvimento das atividades industriais com o objetivo de superar a especialização na exportação de produtos primários e a exploração de nossos recursos pelos estrangeiros. " (Magalhães, 2017 P.7)

O início da industrialização permitiu ao Brasil diversificar sua economia, reduzir a dependência das exportações agrícolas e criar empregos nas indústrias. Isso ajudou a impulsionar o crescimento econômico do país e a superar os efeitos no Brasil. A produção interna de bens manufaturados atendeu à demanda interna e reduziu a necessidade de importações, o que contribuiu para o equilíbrio da balança comercial.

No entanto, as políticas adotadas pelo Brasil durante a crise de 1929 foram um passo importante para impulsionar o crescimento econômico do país. Permitindo que o Brasil diversificasse a sua economia a partir das políticas adotas em 1931 e aumentar a produção interna de bens manufaturados e reduzir a dependência das exportações agrícolas.

Essas mudanças contribuíram para o crescimento do PIB brasileiro em relação ao Estados Unidos, resultando em um crescimento do PIB em relação ao Estados Unidos, mostrado no gráfico abaixo.

Gráfico 3



Fonte: Neuhaus, Paulo – História Monetária do Brasil 1900-45. Rio de Janeiro, IBMEC, 1973. P. 101

Além de promover o início da industrialização do Brasil como forma de diversificar a economia e reduzir a dependência das exportações. O Governo de Vargas aumentou o papel do Estado na economia, buscando controlar e regular setores-chave. Foram criadas instituições financeiras como o Banco do Brasil e a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) que foi uma instituição financeira criada em 1931

como parte das medidas adotadas para lidar com os efeitos da crise de 1929 no Brasil.

> “Com o intuito de estabelecer uma regulação prudencial do sistema bancário, em dezembro 1930 o Estado instituiu a Carteira de Redesconto – CARED, e em junho de 1932 e a Caixa de Mobilização Bancária – CAMOB, ambas inseridas na estrutura do Banco do Brasil. A CARED oferecia um suporte financeiro às instituições com problemas de insolvência ou insuficiência de liquidez e a CAMOB operava os depósitos compulsórios, evitando exposição excessiva os riscos de crédito e de liquidez. Tais medidas constituíram melhores condições para o cumprimento das obrigações assumidas pelos bancos e restringiam os riscos de insolvência, a partir da fixação dos depósitos compulsórios como percentual dos depósitos à vista e da garantia do redesconto. ” (SILVA, 2007, p.128- 129).

A CAMOB foi estabelecida como um banco de crédito agrícola e comercial com o objetivo de fornecer financiamento para os setores agrícola e industrial do país, estimulando a produção e impulsionando a economia. Seu principal objetivo era fornecer crédito de longo prazo para a modernização e expansão das atividades produtivas.

Através da CAMOB, o governo brasileiro buscou atender às necessidades de crédito das empresas e dos produtores rurais, incentivando investimentos e promovendo o desenvolvimento econômico. A instituição oferecia empréstimos com condições favoráveis, como taxas de juros mais baixas e prazos estendidos de pagamento, visando impulsionar a produção e estimular a recuperação econômica.

Além disso, a CAMOB atuou como um instrumento de regulação financeira, exercendo controle sobre o sistema bancário e financeiro brasileiro. Ela ajudou a reorganizar e fortalecer o sistema bancário nacional, supervisionando e controlando as atividades das instituições financeiras do país. Essas implementações do governo e o deslocamento do centro dinâmico no Brasil ajudou o pais a sair da crise de 1929 em 1933.

3- Revisitando a Crise Financeira de 2008 nos Estados Unidos: Causas, Impactos e Respostas

A crise financeira de 2008 nos Estados Unidos foi um dos eventos mais marcantes da história econômica contemporânea. Esta crise, muitas vezes referida como a Grande Recessão, teve um impacto devastador na economia dos Estados Unidos e reverberou em todo o mundo, desencadeando uma série de eventos que afetaram a vida de milhões de pessoas. Esta crise teve suas raízes em complexas dinâmicas do setor financeiro, bolhas imobiliárias e práticas arriscadas de empréstimos hipotecários. Ela não só expôs as vulnerabilidades do sistema financeiro global, mas também levantou questões fundamentais sobre regulamentação, responsabilidade e ética nos mercados financeiros.

Neste capitulo, exploraremos em detalhes os antecedentes, as causas e as consequências da crise de 2008 nos Estados Unidos. Além disso, examinaremos as medidas tomadas para lidar com a crise e suas implicações a longo prazo para a economia e a política dos Estados Unidos. Além disso, buscaremos analisar criticamente as lições aprendidas com essa crise e como ela impactou o cenário econômico global, moldando políticas e regulamentações financeiras subsequentes.

Este trabalho será explorado começando pelo contexto histórico que levou ao desencadeamento da crise. Posteriormente, abordaremos as principais causas, incluindo a bolha imobiliária e a disseminação de produtos financeiros complexos. Em seguida, exploraremos os eventos que se desdobraram durante a crise, com ênfase nas respostas governamentais e nas políticas adotadas para mitigar seus efeitos. Além disso, discutiremos as consequências de longo prazo da crise, como o aumento do desemprego, as mudanças na regulamentação financeira e o impacto nas instituições financeiras e na confiança do público.

José Luis Oreiro (2001, p. 2) define o processo que resultou na crise de 2008:

> A crise financeira de 2008 não foi apenas o resultado da combinação perversa entre desregulação financeira e política monetária frouxa. Essas são apenas as causas próximas da crise. Mas existe uma causa mais fundamental, qual seja: o padrão de capitalismo adotado nos Estados Unidos e na Europa a partir do final da década de 1970, o qual pode ser chamado de "capitalismo neoliberal". Entre 1950 e 1973, as economias capitalistas avançadas vivenciaram uma "época de ouro" de crescimento econômico, no qual a

> distribuição pessoal e funcional da renda era progressivamente mais equitativa, a taxa de acumulação de capital era mantida em patamares elevados devido à existência de um ambiente macroeconômico estável (inflação baixa, juros baixos, taxas de câmbio estáveis) e forte expansão da demanda agregada. Além disso, a taxa de desemprego era inferior a 4% da força de trabalho em quase todos os países desenvolvidos (exceto, curiosamente, nos Estados Unidos). Durante esse período, os mercados financeiros eram pesadamente regulados, a movimentação de capitais entre as fronteiras nacionais era bastante restrita, as taxas de câmbio eram fixas com respeito ao dólar americano e os salários reais cresciam aproximadamente ao mesmo ritmo da produtividade do trabalho.

A crise financeira de 2008 deixou cicatrizes profundas nas economias globais, gerando um debate amplo sobre suas causas e consequências. Embora muitos tenham atribuído a crise à desregulação financeira e à política monetária expansionista, este trabalho busca explorar uma causa subjacente mais fundamental: o advento do "capitalismo neoliberal". Durante o período de 1950 a 1973, as economias capitalistas avançadas desfrutaram de um notável período de crescimento econômico, marcado por uma distribuição mais equitativa de renda, estabilidade macroeconômica e regulamentação financeira rigorosa. A transição para o neoliberalismo, caracterizado pela liberalização dos mercados e da movimentação de capitais, teve um impacto significativo nesse cenário.

Durante esse período, as economias capitalistas avançadas experimentaram um crescimento econômico excepcional. A distribuição de renda era mais equitativa, com a classe média se expandindo e uma relação positiva entre o crescimento dos salários reais e a produtividade do trabalho. A estabilidade macroeconômica prevaleceu, com baixa inflação, juros baixos e taxas de câmbio fixas em relação ao dólar americano. A taxa de desemprego estava em níveis historicamente baixos, demonstrando um mercado de trabalho robusto.

A virada para o neoliberalismo, a partir do final da década de 1970, introduziu mudanças significativas. O neoliberalismo promoveu a desregulação dos mercados financeiros, a mobilidade de capitais além das fronteiras nacionais e a redução do papel regulatório do Estado na economia. As taxas de câmbio flutuantes tornaram-se a norma, criando volatilidade nos mercados financeiros.

A transição para o neoliberalismo desencadeou uma série de eventos que culminaram na crise financeira de 2008. A desregulação permitiu práticas de risco

excessivo no setor financeiro, como a emissão de hipotecas subprime[1] e a criação de produtos financeiros complexos. A mobilidade de capitais amplificou as crises financeiras, tornando os mercados vulneráveis a choques externos. A falta de regulamentação eficaz permitiu a formação de bolhas especulativas.

> "A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em socorrer a instituição. Essa atitude do Fed teve um impacto tremendo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário". (José Luis Oreiro, 2001, p. 1)

A bolha imobiliária, alimentada pela expansão desenfreada do crédito hipotecário subprime, representou uma das principais causas da crise. Instituições financeiras criaram produtos financeiros complexos, como títulos lastreados em hipotecas, que mascararam o risco associado a empréstimos de alto risco. Quando o mercado imobiliário começou a desacelerar e os preços das casas começaram a cair, os mutuários subprime enfrentaram dificuldades para pagar suas hipotecas, levando a uma onda de execuções hipotecárias.

> "O rompimento dessa convenção produziu pânico entre as instituições financeiras, o que resultou num aumento significativo da sua preferência pela liquidez, principalmente no caso dos bancos comerciais. O aumento da procura pela liquidez detonou um processo de venda de ativos financeiros em larga escala, levando a um processo Minskiano de "deflação de ativos", com queda súbita e violenta dos preços dos ativos financeiros, e contração do crédito bancário para transações comerciais e industriais. A "evaporação do crédito" resultou numa rápida e profunda queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo". (José Luis Oreiro, 2001, p. 1)

O rompimento da convenção de que o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) que iria socorreria todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário desencadeou uma série de eventos devastadores na economia global. Um dos efeitos mais significativos foi o

[1] O conceito de subprime tornou-se conhecido ao longo do segundo semestre do ano passado, quando os mercados financeiros foram sacudidos por notícias de elevadas perdas no financiamento de imóveis nos Estados Unidos, o que ameaçou a saúde de importantes bancos e fundos de investimento. Subprime são hipotecas de maior risco ou de segunda linha. Com o excesso de liquidez no mercado internacional nos últimos anos, os bancos e financeiras dos Estados Unidos passaram a financiar a compra de casas a juros baixos para pessoas com histórico de crédito ruim, tendo o próprio imóvel como única garantia. Mas veio a queda nos preços dos imóveis e os bancos ficaram ameaçados de não reaver os empréstimos feitos.

pânico que se instaurou entre as instituições financeiras, em particular os bancos comerciais. Esse pânico levou a um aumento expressivo da preferência das instituições financeiras pela liquidez, ou seja, elas passaram a buscar manter uma maior reserva de ativos líquidos, como dinheiro e títulos facilmente negociáveis.

Esse aumento na preferência pela liquidez teve consequências profundas. O mercado financeiro testemunhou um processo de venda em larga escala de ativos financeiros. Isso desencadeou o que pode ser descrito como um processo Minskiano de "deflação de ativos". Nesse contexto, os preços dos ativos financeiros despencaram rapidamente e de forma violenta. A queda nos valores dos ativos impactou negativamente o patrimônio líquido das instituições financeiras, ampliando ainda mais o pânico e a aversão ao risco.

O efeito cascata desse processo de venda de ativos e da deflação de ativos foi a contração do crédito bancário disponível para transações comerciais e industriais. Com os bancos mais preocupados em manter liquidez e reduzindo suas atividades de empréstimo, as empresas enfrentaram dificuldades crescentes para acessar financiamento. A "evaporação do crédito" resultou em uma rápida e profunda queda na produção industrial e no comércio internacional em todo o mundo.

Essa sequência de eventos desencadeou a Grande Recessão, uma crise econômica global que teve impactos significativos nas vidas das pessoas, no emprego, na habitação e nas finanças públicas. Governos e bancos centrais tiveram que implementar políticas de estímulo econômico e medidas para estabilizar o sistema financeiro a fim de mitigar os efeitos da crise. A crise financeira de 2008 e suas ramificações subsequentes serviram como um lembrete da complexidade do sistema financeiro global e das consequências potencialmente catastróficas de uma crise financeira sistêmica.

Tabela 2

Indicadores selecionados — Variação anual — em %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008(a)	2009(a)
Produto Interno Bruto Real							
Mundo	3,6	4,9	4,5	5,1	5,0	3,7	2,2
Economias avançadas	1,9	3,2	2,6	3,0	2,6	1,4	-0,3
Estados Unidos	2,5	3,6	2,9	2,8	2,0	1,4	-0,7
Área do Euro	0,8	2,1	1,6	2,8	2,6	1,2	-0,5
Alemanha	-0,2	1,2	0,8	3,0	2,5	1,7	-0,8
Japão	1,4	2,7	1,9	2,4	2,1	0,5	-0,2
Reino Unido	2,8	2,8	2,1	2,8	3,0	0,8	-1,3
Países emergentes e em desenvolvimento	6,3	7,5	7,1	7,9	8,0	6,6	5,1
África	5,4	6,5	5,8	6,1	6,1	5,2	4,7
Europa Central e do Leste	4,8	6,9	6,1	6,7	5,7	4,2	2,5
Comunidade de Estados Independentes	7,8	8,2	6,8	8,2	8,6	6,9	3,2
Ásia em Desenvolvimento	8,2	8,6	9,0	9,8	10,0	8,3	7,1
Oriente Médio	7,1	5,8	5,7	5,7	6,0	6,1	5,3
América Latina	2,2	6,1	4,7	5,5	5,6	4,5	2,5
Brasil	1,1	5,7	3,2	3,8	5,4	5,2	3,0
Volume do comércio mundial (bens e serviços)	5,4	10,4	7,5	9,4	7,2	4,6	2,1

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Update*, Washington, D.C., November 6, 2008.
Notas: (a) Projeções.

O Autor do artigo retratou abaixo constatações sobre a tabela e a bolsa de valores diante do início da Crise:

> "De acordo com a Federação Mundial das Bolsas de Valores, a desvalorização da riqueza acionária global somou US$ 29,5 trilhões entre outubro de 2007 e outubro de 2008 [...] A conclusão que daí poderia advir é que o curso dos acontecimentos será, em conseqüência, mais dramático e doloroso do que em 1929-1933. " (Frederico Mazzucchell, 2008, p.58)

Durante esse período, os mercados de ações em todo o mundo sofreram quedas substanciais nos preços das ações, levando a perdas significativas de valor de mercado para empresas e investidores. Essa crise afetou não apenas os Estados Unidos, mas também muitos outros países ao redor do mundo, resultando em uma recessão econômica global.

O valor de mercado das empresas, representado pelo valor de suas ações em bolsa, foi duramente afetado pela crise, levando a essa desvalorização da riqueza acionária global que o autor retratou em seu artigo.

É importante observar que, como mencionado anteriormente, as autoridades financeiras e os governos em todo o mundo tomaram medidas para estabilizar os mercados financeiros e evitar um colapso total do sistema financeiro, o que ajudou a evitar uma catástrofe econômica ainda maior e dessa forma é retrato ainda mais pelo autor na citação abaixo:

> "Felizmente, tal conclusão não se sustenta. É necessário assinalar, em primeiro lugar, que em face da eclosão da crise a intervenção dos governos foi ampla e imediata. O credo liberal e a panaceia dos mercados "eficientes" ou "auto-regulados" foram sumariamente abandonados e o Estado assumiu, com maior (Inglaterra) ou menor (Estados Unidos) grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos, pela redução das taxas de juros básicas e pela tentativa de evitar o aprofundamento da contração do crédito. " (Frederico Mazzucchell, 2008, p.59)

Frederico Mazzucchell (2008) retratou em seu artigo "A crise em perspectiva: 1929 e 2008" que em relação a crise de 1929 e as intervenções dos governos foi mais tardia, devido ao pensamento liberal e do pensamento do auto regulação do mercado. Enquanto na crise de 2008, o governo dos Estados Unidos disponibilizou US$ 2,25 trilhões, sendo US$ 1,5 trilhão para garantir novas dívidas emitidas pelos bancos, US$ 500 bilhões para garantir os depósitos nos fundos mútuos e US$ 250 bilhões para capitalizar os grandes bancos, resultando em uma limitação do aumento da crise. Sem a pronta e contínua injeção dos recursos públicos o colapso teria sido total, diante da absoluta preferência pela liquidez, com fuga desenfreada para os títulos da dívida pública, sobretudo dos americanos.

É importante ressaltar da importância do G-20 para esse processo de resposta para a crise de 2008, de acordo com Ramos et al., 2012 no artigo "A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China Alemanha e Brasil" retrata as mudanças da governança mundial e da importância da criação dessa cúpula para o desenvolvimento mundial e reconfiguração da ordem econômica.

> "A crise econômica iniciada em 2008 teve uma peculiaridade: não ocorreu nos países em desenvolvimento, mas nos países centrais do capitalismo, e com proporções e desdobramentos mais amplos. Essa crise ativou um processo de transformação nos mecanismos de governança global: a perda de legitimidade do G-8, a ampliação das discussões substantivas para o G-20 e o reforço e capitalização do FMI, embora com incertezas com relação a seu papel futuro. Assim, em 15 de novembro de 2008 ocorreu a primeira cúpula de líderes do G-20 em Washington que visava a "restaurar o crescimento global" (G-20 2008, §1). Como atingir esse objetivo de amplo consenso seria o grande desafio. " (Ramos et al., 2012, p.12)

Essa crise abalou a confiança nos mecanismos de governança global existentes e levou a mudanças importantes nas instituições econômicas globais. A crise financeira de 2008 desempenhou um papel importante na promoção do G-20 como um fórum mais representativo e eficaz para a coordenação das políticas econômicas globais. O G-8, que consistia em nações industrializadas, perdeu legitimidade à medida que os países emergentes demonstraram ser atores econômicos essenciais. O G-20 passou a incluir economias em desenvolvimento, como a China, o Brasil e a Índia, tornando-o mais representativo das realidades econômicas globais.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenhou um papel mais ativo durante a crise de 2008, fornecendo assistência financeira e aconselhamento político a países em dificuldades. Isso levou a uma revitalização do FMI como uma instituição de governança econômica global. No entanto, persistem incertezas sobre o seu papel futuro e sobre a necessidade de reformas mais abrangentes no FMI para melhor refletir as mudanças na economia global.

> "A falta de mecanismos regulatórios suficientes para o setor das finanças e a falta de uma política de coordenação macroeconômica clara entre as maiores economias do mundo seriam as causas da crise. Assim, foi destacado o uso de medidas fiscais para estimular a demanda interna, o auxílio às economias emergentes e o fortalecimento, regulação e transparência das instituições financeiras privadas. (Ibidem, §7). Além disso, foi colocada a questão da necessidade da reforma e capitalização das instituições financeiras mundiais. É reafirmado, assim, o FMI como um ator relevante neste processo. Além disso, amplia-se a representatividade do FSF (Ibidem, §9). " (Ramos et al., 2012, p.12)

Os autores destacam algumas das causas da crise financeira de 2008 e as medidas que foram identificadas como necessárias para enfrentá-la e prevenir crises futuras. Retratando da falta de regulamentação adequada e a supervisão insuficiente das instituições financeiras desempenharam um papel importante na crise de 2008. Muitos bancos e instituições financeiras estavam envolvidos em práticas de risco excessivo e produtos financeiros complexos que não eram adequadamente regulamentados. A crise destacou a necessidade de reformas regulatórias significativas para evitar abusos no setor financeiro.

Além da ampliação da representatividade do FSF: O Fórum de Estabilidade Financeira (FSF) desempenhou um papel importante na promoção da estabilidade financeira global. A ampliação de sua representatividade foi vista como uma maneira

de envolver um número maior de países e garantir uma abordagem mais inclusiva para a governança financeira global.

No geral, a crise financeira de 2008 desencadeou uma série de reformas e mudanças nas políticas econômicas e na governança global para evitar crises semelhantes no futuro. A coordenação entre as nações e o fortalecimento das instituições financeiras foram considerados elementos cruciais para a estabilidade econômica e financeira global

4- Crise Financeira no Brasil: Desafios e Respostas na Esteira da Crise Global de 2008

A Crise Financeira Global de 2008, desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, foi um evento que abalou os fundamentos do sistema financeiro internacional e deixou uma marca indelével na história econômica contemporânea. Esta crise, que teve origem no coração do capitalismo global, espalhou-se rapidamente, afetando países em todos os continentes. O Brasil, como uma das economias emergentes mais importantes do mundo, não ficou imune a esse terremoto financeiro global.

Este capítulo se propõe a analisar e compreender as respostas adotadas pelo Brasil diante da Crise de 2008. A resposta do país a essa crise desempenhou um papel crucial na atenuação de seus impactos e na recuperação subsequente. Neste contexto, examinaremos de forma minuciosa as estratégias e políticas econômicas implementadas pelo governo brasileiro e pelo setor financeiro durante esse período desafiador.

A análise das respostas brasileiras à Crise de 2008 é fundamental não apenas para entender como o país lidou com uma das maiores crises financeiras do século XXI, mas também para extrair lições valiosas sobre a capacidade de países emergentes de se adaptar a desafios econômicos globais. Além disso, essa investigação contribuirá para o aprimoramento das políticas econômicas e para a construção de um conhecimento mais sólido sobre as estratégias que podem ser adotadas em situações de crise financeira.

Neste capítulo, iremos analisar em detalhes as medidas e políticas implementadas pelo Brasil, destacando os sucessos, desafios e lições aprendidas durante a Crise de 2008. Ao fazê-lo, esperamos lançar luz sobre como o país conseguiu manter sua estabilidade econômica e, ao mesmo tempo, desenvolver estratégias de longo prazo para fortalecer sua resiliência financeira em um mundo cada vez mais interconectado e sujeito a turbulências econômicas.

Antes de iniciarmos a discussão sobre o tema, faremos uma breve contextualizada sobre a importância que os Estados Unidos no pós-guerra e como isso resultou um

padrão para todos os países do mundo, resultado de uma série de fatores e eventos mundiais. Por causa desses fatores, os Estados Unidos se tornaram um papel importante e destaque mundial de uma Economia globalizada.

> “No entanto, um breve histórico das principais crises enfrentadas pelos países capitalistas desde a consolidação desse modo de produção mostra que não se trata de uma novidade, visto que o Estado sempre foi – e continua sendo - responsável pela criação de condições econômicas, políticas e ideológicas favoráveis para o funcionamento do mercado capitalista, agindo de forma direta ou indireta. Essas ações realizadas pelo Estado não se dão de modo arbitrário, elas beneficiam setores de classes específicos que preponderam politicamente sobre outros na medida em que seus interesses econômicos são atendidos de modo preferencial. ” (BARIZÃO e GIL 2010 p.2)

O artigo destaca a ideia de que os Estados Unidos, ao longo da história, desempenharam um papel significativo na criação e manutenção de condições favoráveis para o funcionamento do sistema capitalista, através do seu forte poder de Estado. Desempenhando um papel de destaque no cenário internacional, devido ao seu tamanho econômico e a grande influência política.

E as suas respostas foram observadas por todos os países do mundo, isso pode ser observado em diversas crises enfrentadas pelos países capitalistas ao longo do tempo. Em momentos de dificuldade econômica, o Estado muitas vezes intervém para estabilizar a economia, proteger determinados setores da indústria, criar políticas de bem-estar social, implementar regulamentações financeiras e, em alguns casos, resgatar empresas em dificuldades. Essas intervenções podem ser vistas como medidas destinadas a preservar o sistema capitalista, mesmo que isso signifique tomar medidas que beneficiem os setores mais poderosos da sociedade.

> “O Brasil não se diferencia dessa lógica. Ao analisarmos a postura do governo de Luís Inácio Lula da Silva é possível notarmos o papel ativo desempenhado pelo Estado diante das consequências da inevitável retração econômica que o país enfrentou, explicitando em que política, social ou financeira, o Estado brasileiro optou por modificar seu padrão de intervenção, já que essa é uma característica intrínseca ao sistema capitalista de produção. Medidas como a redução de impostos sobre produtos industrializados e a redução da taxa SELIC, incentivam o consumo, a produção e os investimentos nacionais, desestimulando o capital especulativo, principalmente o de origem estrangeiro. ” (BARIZÃO e GIL, 2010 p.2)

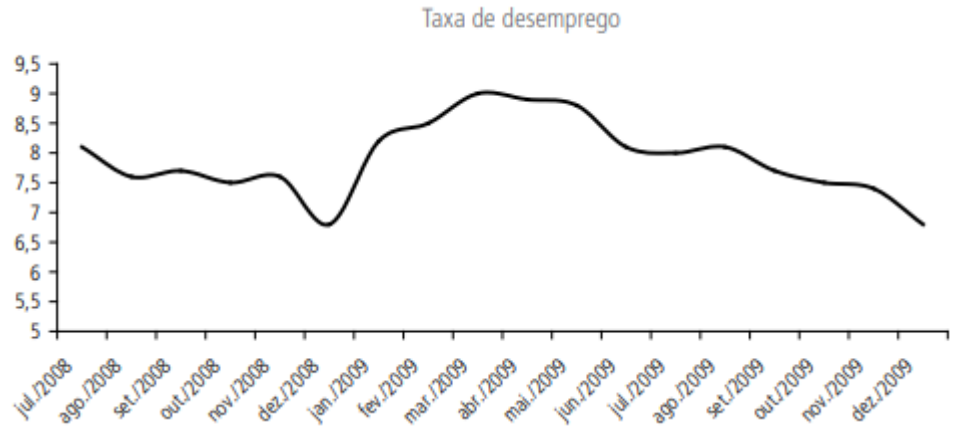
A citação menciona a postura do governo de Luís Inácio Lula da Silva diante das consequências da crise financeira de 2008. Segundo a citação, o Estado brasileiro desempenhou um papel ativo na tentativa de minimizar os efeitos da retração econômica que o país enfrentou. O governo optou por modificar seu padrão de intervenção em políticas, sociais e financeiras, incentivando o consumo, a produção

e os investimentos nacionais, enquanto desestimulava o capital especulativo, principalmente o de origem estrangeira.

> “O Brasil, imediatamente antes da crise se encontrava em um momento de crescimento continuado, apresentando o sexto trimestre de crescimento seguido. Esse momento brasileiro demandava muito crédito para continuar os investimentos que estavam em andamento, porém o primeiro sintoma da crise foi a diminuição da oferta creditícia, primeiramente internacional e logo em seguida, como resposta ao cenário global, também houve retração do crédito doméstico. Esse movimento causou uma queda na demanda interna ancorando as expectativas inflacionárias, logo no quarto trimestre de 2008. ” (Lucas Carvalho, 2019 p. 242)

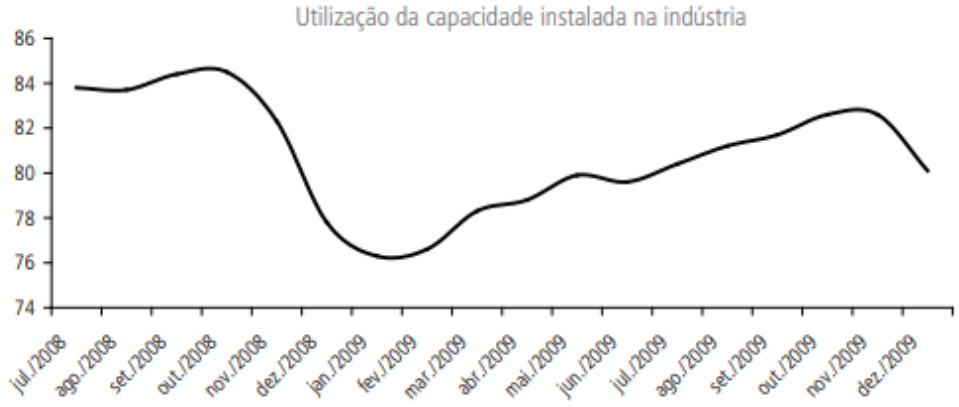
O Artigo traz uma visão concisa e informativa do contexto econômico brasileiro imediatamente antes da crise financeira global de 2008. Ele apresenta de forma clara os elementos-chave que moldaram a situação: o crescimento econômico contínuo, a dependência do crédito para sustentar esse crescimento, a diminuição da oferta de crédito internacional e a subsequente retração do crédito doméstico.

Gráfico 4



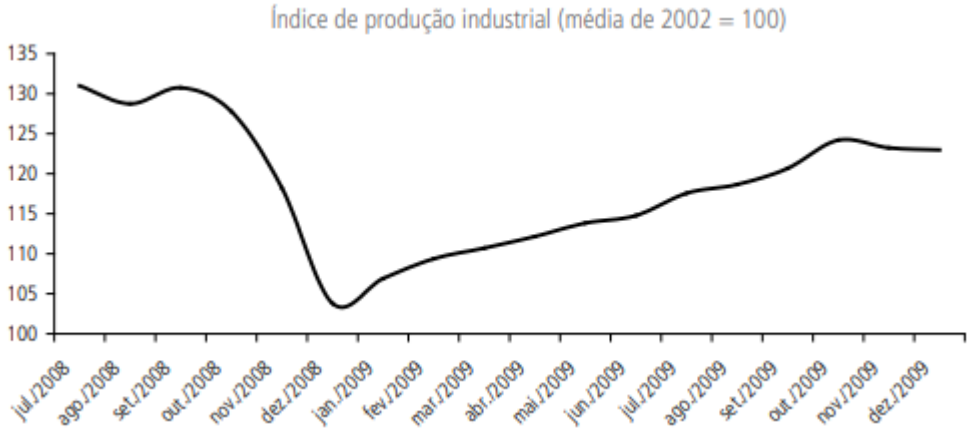
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ARAUJO e GENTIL 2010

Gráfico 5



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ARAUJO e GENTIL 2010

Gráfico 6



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ARAUJO e GENTIL 2010

O Artigo que retrata esses gráficos e explica abaixo os sinais de recuperação da economia:

> Contrariando as expectativas, os sinais de recuperação da economia brasileira não tardaram a aparecer. O PIB, que no primeiro trimestre de 2009 ainda registrou queda com relação ao trimestre anterior (–0,9%), retomou a sua trajetória de crescimento já no trimestre seguinte (1,1% e 1,2%, respectivamente no segundo e terceiro trimestres). A produção industrial ensaiou uma recuperação, ainda que a taxas relativamente lentas; e a taxa de desemprego voltou a ceder, recuando a patamares pré-crise. Entre as principais causas, é comumente citada a ação do conjunto de políticas implementadas pelo governo brasileiro, que teriam sido conduzidas por um viés anticíclico a partir da eclosão da crise financeira. (ARAUJO e GENTIL, 2010 p.13)

O trecho menciona que a recuperação econômica no Brasil foi frequentemente atribuída às políticas implementadas pelo governo brasileiro. Essas políticas eram anticíclicas, o que significa que foram projetadas para estimular a economia durante um período de desaceleração econômica, como uma resposta à crise financeira global. Isso poderia incluir medidas como desonerações fiscais e outros estímulos econômicos para impulsionar o crescimento.

> “Outras formas de política de renda podem ser as políticas de renda mínima, tais como programas de transferência direta de renda do Estado (bolsa-família, bolsa-escola), de reforma agrária, etc. Um caso especial de política de renda, no caso da agricultura, é a política de garantia de preços mínimos, conhecida no Brasil como PGPM. Sua finalidade é reduzir as incertezas quanto aos preços recebidos pelos produtores no momento da comercialização, permitindo-lhes programar a renda a ser auferida com a venda da produção. ” (Silva 2010, p.31)

As políticas de renda mínima são uma forma de política econômica que visa a garantir um nível mínimo de renda para determinados grupos da população, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade econômica. Essas políticas podem incluir

programas de transferência direta de renda, que forneceram assistência financeira regular às famílias de baixa renda para ajudá-las a suprir suas necessidades básicas, como alimentação, educação e saúde. Além disso, a reforma agrária é uma política que busca redistribuir a terra de forma mais equitativa entre os agricultores, muitas vezes visando melhorar as condições de vida das famílias rurais e promover o acesso à terra para aqueles que historicamente foram excluídos desse recurso.

> "A contaminação do Brasil pela crise internacional a partir do mês de outubro de 2008 fez que o Produto Interno Bruto (PIB) acumulasse queda de mais de 4% entre o último trimestre do ano passado e o primeiro semestre de 2009. O setor industrial, com redução de 11,6% nesse mesmo período de tempo, foi o principal responsável pela inflexão na evolução do PIB, uma vez que o setor agropecuário registrou leve expansão de 0,6% e o setor terciário cresceu 4,2%. " (Marcio Pochmann, 2019 p. 42).

Com a Crise de 2008, o Brasil começou a ter uma desaceleração econômica, devido as quedas nas exportações de commodities e uma fuga de capitais estrangeiros. O governo brasileiro adotou medidas para estimular a economia, incluindo a redução das taxas de juros e a implementação de programas de estímulo fiscal. No entanto, a recuperação foi lenta e desigual, com um aumento nas taxas de desemprego e uma pressão crescente sobre o sistema de previdência social.

> "A resposta dada pelo governo brasileiro em termos de política econômica, em suas dimensões fiscal e monetária, é comumente apontada como responsável pelo abrandamento dos efeitos da crise. No primeiro grupo de medidas, pode-se citar, sem esgotar o leque, desonerações fiscais para os setores automobilístico, de eletrodomésticos de linha branca e moveleiro, além da manutenção do gasto público. No segundo grupo, pode-se citar a redução no compulsório, a expansão do crédito por parte dos principais bancos públicos – Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e a redução (ainda que tardia) da taxa básica de juros. Nos meios governamentais, o Brasil era comumente apontado como "o primeiro país a sair da crise". (ARAUJO e GENTIL, 2010 p.7)

Araujo e Gentil (2010) retratou a grande importância do governo brasileiro no quesito das políticas econômicas e como foi muito importante para sairmos da Crise 2008 e sendo destaque do primeiro país a sair da crise, destacando medidas tomadas nas áreas fiscal e monetária para mitigar os efeitos da crise, retratando as principais medidas na continuação do Artigo:

> "A resposta do governo brasileiro seguiu, em linhas gerais, a tendência exibida por outras economias atingidas pela crise, qual seja, a implementação de políticas anticíclicas de corte keynesiano. Basicamente, as medidas podem ser agrupadas em: I) medidas para recuperação (ou "desempoçamento") do nível de liquidez da economia; II) medidas para garantir a solidez do setor bancário, reduzindo o "risco sistêmico"; III) medidas para conter a crise cambial; e IV) medidas de estímulo fiscal. " (ARAUJO e GENTIL, 2010 p.13)

O Artigo retrata de forma clara como foi alinhado as principais medidas para a recuperação da economia brasileira, sendo a primeira medida a flexibilização das regras do compulsório para depósitos à vista e a prazo, a segunda medida busca resolver o problema de forma mais rápida através de diversas alterações no sistema bancário, além disso, continua com novas medidas como a redução da taxa básica de juros e intervenções do BC através de operações de venda de dólares no mercado, finalizando com a principal medida de acordo com os autores:

> "Finalmente, a resposta mais contundente do governo brasileiro à crise financeira está, seguramente, nas medidas fiscais. Entre as medidas de desonerações fiscais, a primeira foi anunciada ainda no ano de 2008, beneficiando o setor automotivo, seguido dos setores produtores de eletrodomésticos de linha branca, de material de construção e, no final de 2009, do setor moveleiro. (ARAUJO e GENTIL, 2010 p.15)

O Trecho acima destaca as principais medidas fiscais que beneficiaram diversos setores do Brasil, eliminando alguns impostos sobre determinados setores da economia, estimulando o crescimento e a produção. Inicialmente, essas medidas foram direcionadas ao setor automotivo e, posteriormente, estenderam-se a outros setores, incluindo a produção de eletrodomésticos de linha branca, material de construção e o setor moveleiro. Essas desonerações fiscais visavam aliviar o fardo tributário sobre esses setores específicos.

> "Para estimular setores mais específicos o governo usou de isenções de impostos e injeções de créditos, como para o setor agrícola, construção civil, automóveis, móveis e eletrodomésticos. Afetando principalmente a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Todos os setores beneficiados já apresentavam crescimento em 2009, exceto a agricultura que teve muito impacto do setor externo que diminuiu sua demanda. " (Lucas Carvalho, 2019 p. 244).

O trecho em análise retrata uma política governamental de estímulo setorial adotada em um período específico. Nele, são destacados elementos importantes para a compreensão dessas medidas e seu impacto.

As Políticas de estímulo através das isenções fiscais e injeções de crédito. Isso indica uma abordagem proativa do governo em direção à promoção do crescimento econômico e ao suporte a setores considerados estratégicos. O Impacto nas receitas fiscais: A referência à arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destaca a preocupação com o impacto fiscal dessas políticas. A diminuição da arrecadação do IPI indica um sacrifício de receitas fiscais em prol do estímulo econômico.

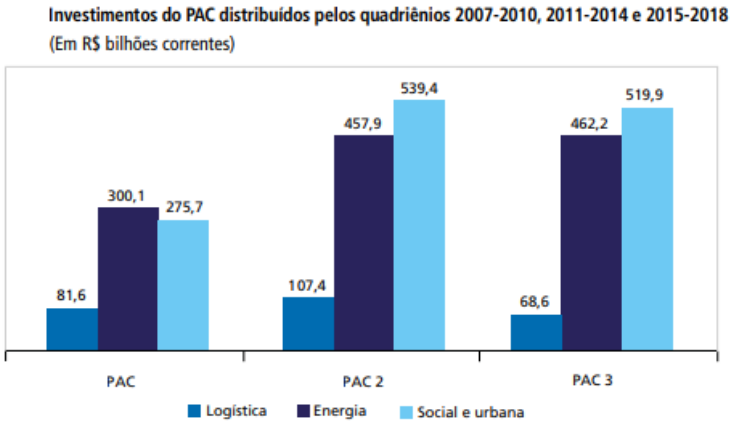
Essa política foi muito importante para aumentar o consumo dessas mercadorias, ao conceder isenções fiscais e fornecer injeções de crédito a setores específicos, o governo passou a tomar uma abordagem proativa para estimular o crescimento econômico. Essas medidas foram projetadas para impulsionar a produção, o investimento e o consumo em setores que são considerados importantes para a economia, gerando empregos e aumentando a atividade econômica.

Outro passo importante para a saída do Brasil da Crise de 2008 foi o Plano Nacional de Aceleração, mais conhecido como PAC:

> "Contando com tais medidas e a aplicação do Plano Nacional de Aceleração (PAC) que já vinha sendo desenvolvido antes da crise, o Brasil conseguiu chegar a 2010 com a inflação controlada, relação dívida pública e PIB estável e taxas de crescimento econômico, esse momento fez com que as expectativas na economia brasileira voltassem a subir e o investimento estrangeiro voltou a fluir no Brasil. " (Lucas Carvalho, 2019 p. 246)

É importante destacar que o Plano Nacional de Aceleração (PAC) não era uma medida direta para controle da inflação, mas sim um programa de investimentos em infraestrutura lançado pelo governo brasileiro em 2007, que visava a aceleração do crescimento econômico do país. O PAC incluía projetos de construção de estradas, portos, aeroportos, habitações, entre outros, com o objetivo de impulsionar a economia e melhorar a infraestrutura do Brasil.

Gráfico 7



Fonte: Brasil 2007 a 2018. (Nunes 2018)

> "As edições do PAC e do PAC 2 evidenciaram a grande capacidade de redimensionamento e ajustamento dos programas ao longo da execução de seus investimentos. Os redimensionamentos dos recursos se tornaram evidentes com o aumento dos montantes

> observados ao término do programa se comparados com o investimento inicial destinado aos setores. No PAC, o montante de recursos inicial foi de R$ 503,9 bilhões e, ao longo da execução do programa, consolidou-se em R$ 657,4 bilhões.11 Já para a execução do PAC 2, o montante de recursos iniciais foi de R$ 955 bilhões e se consolidou em R$ 1,104 trilhão ao final de sua realização. ” (Nunes, 2018 p. 386)

Essa capacidade de redimensionamento e ajustamento dos programas foi importante pois permitiu que o governo adaptasse suas políticas e investimentos de acordo com as necessidades e as mudanças nas condições econômicas e sociais do país.

> “Entre as estratégias visando a desenvolver o mercado interno, podemos citar medidas como a redução da taxa de juros básica pelo Banco Central; estímulo ao crédito; postergação do recolhimento de impostos para aumentar a capitalização das empresas e evitar problemas de liquidez das unidades produtivas; redução de impostos para estimular o consumo; fortalecimento do PAC como indutor dos investimentos públicos no setor produtivo (com os recursos dos fundos de pensão); ampliação das funções do BNDES, que antes emprestava dinheiro somente para as grandes empresas e passou a emprestar para as pequenas e médias empresas; ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN); e alteração da regulamentação do sistema financeiro de caráter preventivo. ” (Jardim e Silva, 2015 p.87 e 88)

Essas estratégias foram essenciais e projetadas para estimular o crescimento, melhorar a liquidez das empresas e promover a estabilidade financeira. Elas são ferramentas que os governos podem usar para gerenciar a economia e promover o desenvolvimento econômico.

Para controlar a inflação, o Brasil utilizou uma série de políticas econômicas, incluindo a gestão da taxa de juros pelo Banco Central, o controle dos gastos públicos, intervenções no câmbio e outros instrumentos. Além disso, a economia brasileira se beneficiou do cenário econômico global favorável durante esse período, com a demanda crescente por commodities, das quais o Brasil é um grande produtor.

O controle da inflação, a estabilidade da relação entre dívida pública e PIB e o crescimento econômico são componentes importantes para a estabilidade econômica e para atrair investimentos estrangeiros. No entanto, é importante observar que o Brasil enfrentou desafios econômicos e políticos nos anos seguintes, que impactaram a continuidade desse cenário.

A situação econômica e política do país pode variar ao longo do tempo, e é necessário considerar múltiplos fatores para entender o quadro completo. Mas o importante a ressaltar, é que as medidas adotadas resultaram em efeitos positivos ne economia brasileira, como o aumento do crescimento do PIB já em 2010.

5- Conclusão: A Resposta Brasileira diante das Crises de 1929 e 2008

Ao longo desta monografia, exploramos as respostas do Brasil diante das duas grandes crises econômicas: a Crise de 1929 e a Crise Financeira Global de 2008. Ambos os eventos marcaram profundamente a trajetória econômica do país, moldando suas políticas, estruturas institucionais e, por conseguinte, a vida de milhões de brasileiros.

Na década de 1920, a economia brasileira estava fortemente atrelada aos mercados internacionais, especialmente ao café. A quebra da Bolsa de Nova York em 1929 desencadeou uma série de impactos negativos no Brasil, levando a uma rápida queda nos preços do café, diminuição nas exportações e uma intensificação das tensões sociais. As respostas do governo da época se inicia com a estratégia de valorização do café, iniciada no Convênio de Taubaté, com o intuito de sustentar os preços e lucros, porém isso gerava uma pressão contínua sobre a oferta, ameaçando criar um desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda.

A estratégia de manter os preços do café elevados, apesar dos desafios da crise, revelou-se insustentável. A impossibilidade de obter crédito externo e a dificuldade de financiar a retenção de novos estoques levaram a uma crise na indústria cafeeira.

No entanto, a crise também foi um ponto de virada. O Brasil, sob a liderança de Getúlio Vargas, adotou medidas que visavam não apenas superar os impactos imediatos da crise, mas também transformar estruturalmente sua economia. O deslocamento do centro dinâmico foi muito importante para sair da crise e reflete o aumento do papel do Estado, a diversificação econômica e as transformações estruturais foram fundamentais para moldar a trajetória econômica do Brasil nas décadas seguintes, marcando uma resposta resiliente a um período desafiador da história global.

Enquanto na Crise de 2008, o Brasil apresentou uma resposta mais resiliente e diversificada, resultado de uma economia menos dependente de commodities e de uma postura mais pragmática frente às turbulências globais. As lições aprendidas

com o passado se refletiram em políticas anticíclicas, reformas estruturais e a busca por maior autonomia financeira. A diversificação econômica, com setores como o agronegócio e a indústria ganhando protagonismo, atuou como um amortecedor contra os impactos diretos da crise internacional.

A política fiscal desempenhou um papel crucial, com desonerações fiscais em setores estratégicos, demonstrando uma compreensão da importância de aliviar o fardo tributário para estimular o crescimento. As políticas anticíclicas, inspiradas na abordagem keynesiano, visavam recuperar a liquidez da economia, garantir a solidez do setor bancário e estimular o crescimento em vários setores.

A capacidade de redimensionamento e ajustamento do PAC ao longo da execução dos investimentos mostrou a adaptabilidade do governo diante das condições econômicas em constante mudança. Estratégias como a ampliação das funções do BNDES e a alteração da regulamentação do sistema financeiro contribuíram para um ambiente mais favorável aos investimentos.

Contudo, é crucial reconhecer que os desafios persistem. A desigualdade social, historicamente enraizada no tecido social brasileiro, continua a ser um obstáculo significativo para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a interconexão global em uma era de economia digital impõe desafios adicionais, demandando uma abordagem proativa na busca por soluções inovadoras.

Em ambas as crises, as respostas brasileiras refletem não apenas a capacidade de adaptação do país, mas também a necessidade constante de evolução e aprimoramento. Os momentos de crise serviram como catalisadores para reformas estruturais e repensar o papel do Estado na economia. A história econômica do Brasil é uma narrativa de desafios enfrentados e superados, marcada por aprendizados valiosos que devem guiar futuras políticas e decisões.

À medida que o Brasil avança no século XXI, enfrentando desafios globais e regionais, a compreensão profunda das respostas do passado se torna uma ferramenta essencial na construção de um futuro mais robusto e sustentável.

Referências bibliográficas

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás. Disponível em: <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/6136-os-loucos-anos-de-1920-serao-repetidos>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BASSO, B. F. **O modelo de deslocamento do centro dinâmico.** Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1063521>. Acesso em: 20 nov. 2023

CARLOS PIASSINI**. Vista do A economia do Brasil colonial na perspectiva de livros didáticos**. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/239/192>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CASTELLI, CLEMENTE, MORAES. **Open Journal Systems**. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/68190/39511>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CHAVES, M.; MÁRCIO, J.; SILVA, R. **SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros**. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/s5k33/pdf/jardim-9788579837432.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DANIEL BARREIROS, D. **Crise econômica e retomada do crescimento**. Revista HEERA, p. 14–39, 2007.

DAVIRON, B.; PONTE, S. **Le paradoxe du café**. Paris: Quae, 2007.

DAVIRON, B.; VAGNERON, I. From commoditisation to de commoditisation... And back again. Discussing the role of sustainability standards for agricultural products. **Development Policy Review**, v. 29, n. 1, 2011, p. 91-113.

DRIVER, S. S. **A Declaração de Independência dos Estados Unidos.** [s.l.] Zahar, 2006.

DURAN, A.; FERNANDES BARIZÃO2, D. **A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008/2009 E SEU IMPACTO NO BRASIL**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/8120/8419>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FREDERICO, S. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. 2017. ISSN 2179-0892.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1976

G1, G. G.; PAULO, EM S. **Entenda como a crise de 2008 influenciou a vida dos brasileiros**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/09/entenda-como-crise-de-2008-influenciou-vida-dos-brasileiros.html>.

GALBRAITH, J. K. O Colapso da Bolsa: 1929. **São Paulo: Expressão e Cultura**, 1929.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.

GRIECO, Francisco de Assis. **O Comércio Exterior e as Crises Financeiras**. São Paulo. Ed. Aduaneiras, 1999. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711260059.pdf> Acesso em: 13 jun.
2019.

Goulart, T. M. (2010). **Pragmatismo e Possibilidades a Política Externa do Governo Getúlio Vargas 1930 – 1945**. *Revista Sociais E Humanas*, *16*(1), 115–126.

HIDEMITSU, J.; NAGAY, C. Café no Brasil: dois séculos de história. **Formação Econômica**, n. 3, p. 17–23, 1999.

HIGGS, R. **Depression, war, and cold war: challenging the myths of conflict and prosperity**. Oakland, Ca: Independent Institute, 2009.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. São Paulo: Ed. Zahar, 1984.

IPEA**. O que é? Subprime**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid>. Acesso em: 20 nov. 2023.

JARDIM, G. F.; SAES, M. S. M.; MESQUITA, L. F. **Estruturas de governança interna e a capacidade de inovação em pequenas firmas brasileiras de torrefação e moagem de café**. Revista Administração, v. 48, n. 2, p. 239-253, 2013. JOANA NARITOMI**. 4 Os Ciclos da Cana-de-Açúcar e do Ouro na História Colonial Brasileira**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10615/10615_5.PDF>.

KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2011**.**

LEONARDO DE ARAUJO, V.; GENTIL, D. **602 AVANÇOS, RECUOS, ACERTOS E ERROS: UMA ANÁLISE DA RESPOSTA DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA À CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1602.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

LIMONCIC, P. F. **Os inventores do New Deal Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7489851/mod_resource/content/1/Rio%20thesis%20on%20New%20Deal.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MAGALHÃES, T. **A Industrialização Brasileira Diante das Transformações no Capitalismo Global Entre as Décadas de 1930 a 1960**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/5%20A%20Industrializa%C3%

A7%C3%A3o%20Brasileira%20Diante%20das%20Transforma%C3%A7%C3%B5es%20no%20Capitalismo%20Global%20Entre%20as%20D%C3%A9cadas%20de%201930%20a%201960.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

NUNES, M. **O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E AS FRONTEIRAS**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181112_fronteiras_do_brasil_volume1_cap12.pdf>.

OREIRO, J. L. **Origem, causas e impacto da crise financeira global de 2008**. Instituto Humanitas Unisinos: 13/09/2011

OSVALDO COGGIOLA. **HISTÓRIA DO CAPITALISMO Das Origens até a Primeira Guerra Mundial**. 2017.

PAINE, T. **Senso comum e os direitos do homem**. [s.l.] L&PM Pocket, 2009.

PERON, A. C. **Ciclo do café no Brasil: como foi e influência na industrialização.** Disponível em: <https://cursoenemgratuito.com.br/ciclo-do-cafe/>. Acesso em: 03 Aug. 2023.

PETTINGER, T. **Unemployment during the great depression.** Disponível em: <https://www.economicshelp.org/blog/162985/economics/unemployment-during-the-great-depression/>.

Presidente Calvin Coolidge, Mensagem ao Congresso, 4/12/1928. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX — 1914–1991**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p. 90.

RAMOS, Leonardo et al. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, p. 10-27, 2012.

ROBERTSON, ROSS M. **História da Economia Americana**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1967.

Rodrigues, Medeiros. **A ECONOMIA CAFEEIRA NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DAS INOVAÇÕES PARA ESSA CADEIA**. Espirito Santo, 2017.

ROSSINI, G. A. A. **A crise de 1929**: um evento de proporções épicas e efeitos duradouros - Resenha. Revista de Economia da PUCSP, v. 2, p. 280-285, 2010.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, c. 1690-1750 In: **História da América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004.p.471-525.

SERRAT DE SOUZA, G. et al. **perspectivas geográfica, histórica e ambiental A TRAJETÓRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu_a_trajetoria_da_cana-de-acucar_no_brasil_2020_ficha_corrigida.pdf>.

SILVA, Leonardo Xavier. Estado e Políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010

SILVA, M.S. Política de mobilização de capitais para investimento privado: regulação bancária, e funding, operacionalização e desempenho da CREAI (1932-1945). Revista Economia, Selecta, Brasília (DF), vol. 8, nº 4, dezembro/2007.

SOFIA LUNGUI. **Roaring 20s: o período pós-guerra, pós-pandemia e pré-crise**. Disponível em: <https://www.queridoclassico.com/2021/01/roaring-20s.html>. Acesso em: 07 oct. 2023.

SOUZA, F. A. S. DE. AMERICANISMO E FORDISMO: A REVOLUÇÃO PASSIVA NOS ESTADOS UNIDOS. **Revista Aurora**, v. 8, n. 01, 2015.

SOUZA PONTES, F.; ALMIR PITA, F.; FILHO. **A REVOLUÇÃO DE 1930 E A INDUSTRIALIZAÇÃO NA ERA VARGAS (1930-1939)**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/997/3/FSPontes.pdf>.

TEIXEIRA, L. **Desemprego norte-americano perde apenas para o período da Grande Depressão.** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2020/05/desemprego-norte-americano-perde-apenas-para-o-periodo-da-grande-depressao/>. Acesso em: 08 set. 2023.

TEÓFILO, H.; PEREIRA DE PAULA. **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE TRÊS RIOS DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ECONÔMICAS E EXATAS A CRISE DE 2008 E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO BRASIL Neide da Fonseca**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://itr.ufrrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t74.pdf>.

TOPIK, S. The integration of the World Coffee Market. In: TOPIK, S.; CLARENCE-SMITH, W. G. **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America (1500-1989)**. New York: Cambridge University Press, 2003. p. 21-49

ZEMELLA, M. P. **Os ciclos do pau-brasil e do açúcar**. Revista de História, v. 1, n. 4, p. 485, 5 dez. 1950.